

PROJETO **TERRAMAR**



DIAGNÓSTICO PRÉVIO INTEGRADO COM OS RESULTADOS DO SEMINÁRIO NACIONAL DO EXTRATIVISMO COSTEIRO E MARINHO

SÃO LUÍS
2019



Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da:



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

da República Federal da Alemanha

KATIA REGINA AROUCHA BARROS

**DIAGNÓSTICO PRÉVIO INTEGRADO COM OS RESULTADOS DO
SEMINÁRIO NACIONAL DO EXTRATIVISMO COSTEIRO E MARINHO**

SÃO LUÍS
2019

“Só é pescador aquele que traz nas mãos, o ofício do pescar, no coração o sentido do compartilhar e na sua cachola a razão do conservar.”

Vergara Filho

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APAGOLF	Asociación de Pescadores Artesanales del Golfo de Fonseca (Associação de Pescadores Artesanais do Golfo de Fonseca –Honduras)
CC	Conselho Consultivo (APAs, Rebio, Parques)
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CECONDEM-C	Coordinación Nacional de Defensa de Los Ecosistema Marinos Costero (Coordenação Nacional de Defesa dos Ecosistemas Marinho e Costeiro/Equador)
CD	Conselho Deliberativo (Resex e RDS)
CEPENE	Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste
CNPT/ICMBio	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONFEPESCAR	Conferación de Pesca y Acuicultura Del Caribe Colombiano (Confederação de Pesca e Aquicultura do Caribe Colombiano – Colômbia)
CGPT	Coordenação Geral de Populações Tradicionais
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras e Marinhas
CI	Conservation Internacional (Conservação Internacional)
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
COOPEC	Cooperativa de Pescadores Artesanais de Carutapera/MA.
CONAPACH	Conferación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile (Confederação Nacional de Pescadores Artesanais do Chile)
DEX/MMA	Departamento de Extrativismo/Ministério do Meio Ambiente
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
GT	Grupo de Trabalho
GEF-MAR	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade
ICSF	Collective in Support of Fishworkers (Coletivo em Apoio ao Pescador)

IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras
NEMA	Núcleo de Estudos de Manguezais da UERJ
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PL	Projeto de Lei
RARE BRASIL	Associação RARE Brasil
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RED DE PESCADORES DEL CARIBE GUATEMATECO Y LAGO DE IZABEL	Rede de Pescadores do Caribe Guatemateco e Lago Izabel Guatemala
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RGP	Registro Geral da Pesca
SEAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca do Estado do Pará
SMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
TBC	Turismo de Base Comunitária
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TDR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UFMA/GEDMA	Universidade Federal do Maranhão/Grupo de Estudos do Meio Ambiente
UFPA	Universidade Federal do Pará
UPESABU	Union de pescadores Artesanales de Boca Del Toro (União de Pescadores Artesanais de Boca Del Toro – Panamá)
ACMB	Associação Comunitária dos Moradores do Batoque da Reserva Extrativista do Batoque
AMEX	Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras
AMAR	Associação Mãe dos Moradores da Reserva Extrativista de Cassurubá
AUREMCMG	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoré Mato Grosso
AMREMC	Associação Mãe dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu
AUREMAG	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande do Curuçá

REMA	Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombo da Reserva Extrativista do Mandira
AREMAC	Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo
AMERI	Associação dos Moradores da Reservas Extrativa Baía do Iguape
SPPI	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras de Icatu
AMAR Delta	Associação Mãe das Associações da RESEX do Delta do Parnaíba
ASSUREMAS	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
AUREMAR	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
AUREMLUC	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mestre Lucindo
AUREMOC	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mocapajuba
ASSUREMAS	Associação de Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure
ASSURECAT	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté Taperaçu
AUREMAC	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Cuinarana
MOCAJUIM	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mocajuim
ASSSUREMAVI	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Vizeu
ACB	Associação Coletores de Berbigão
AMPCV	Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 INCURSÃO TEÓRICA	12
2.1 REGIÃO COSTA NORTE	12
2.2 REGIÃO NORDESTE	15
2.3 REGIÕES SUL E SUDESTE	16
3 PERCURSO METODOLÓGICO	19
3.1 COLABORADORES DA PESQUISA	22
4 RESULTADOS	24
4.1 IDENTIFICAÇÃO A NÍVEL DE ESTADO, QUAIS OS CINCO PRINCIPAIS PRODUTOS DA PESCA ARTESANAL CONSIDERANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS EXTRATIVISTAS E DAS COMUNIDADES LOCAIS, O PREÇO DE MERCADO, CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO E RENDA ADVINDA DO PRODUTO	28
4.2 PARA A ORGANIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	31
4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DOS GARGALOS E DAS SUAS FORMAS DE SUPERAÇÃO 31	
4.2.2 IDENTIFICAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E DAS SUAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO	32
4.2.2.1 GOVERNANÇA/GESTÃO	32
4.2.2.2 CADEIAS PRODUTIVAS, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	33
4.3 O MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO EXTRATIVISMO COSTEIRO E MARINHO	33
4.4 O OLHAR SOBRE AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	34
5 CONCLUSÕES FINAIS	34
5.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS TERRITÓRIOS PROTEGIDOS DE PESCA ARTESANAL	35
5.2 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS: ACORDO PARA A GOVERNANÇA DOS TERRITÓRIOS	35
6 REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO	36
6.1 PAINEL: IMPORTÂNCIA DO EXTRATIVISMO E DOS EXTRATIVISTAS COSTEIRO E MARINHO, 21 ANOS DA PRIMEIRA RESEX E PAPEL DA CONFREM 38	

6.1.1	HISTÓRIA E PAPEL DA CONFREM- CARLINHOS(RESEX CANAVIEIRAS-BA/ COORDENADOR GERAL DA CONFREM)	38
6.1.2	PARTICIPAÇÃO DA CONFREM NAS POLITICAS PÚBLICAS E A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS	39
6.1.3	COOPERATIVISMO	40
6.1.4	PROJETO GEFMAR E SUBCOMPONENTE, INTEGRAÇÃO COM AS COMUNIDADES NA REGIÃO SUL	40
6.1.5	RASTREABILIDADE E PRODUÇÃO	41
6.1.6	AUTO-SUSTENTAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E CONFREM	41
6.1.7	REDE DE MULHERES	42
6.1.8	JUVENTUDE EXTRATIVISTA NA ZONA COSTEIRA E MARINHA	42
6.1.9	QUESTÕES QUE EMERGIRAM A PARTIR DAS EXPOSIÇÕES DOS COLABORADORES	43
6.1.10	MOÇÕES DE REPÚDIO E CARTA REIVINDICAÇÃO SUGERIDOS DURANTE O DEBATE	44
6.2	MESA DE ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL EM RELAÇÃO AOS RECURSOS E TERRITÓRIOS COSTEIRO E MARINHO E PESQUEIRO NO BRASIL	44
6.2.1	QUESTÕES QUE EMERGIRAM A PARTIR DAS EXPOSIÇÕES DOS COLABORADORES DA MESA	47
6.2.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA MESA	48
6.3	MESA SOBRE GESTÃO DAS UCS DE USO SUSTENTÁVEL E A IMPORTÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS COSTEIROS E MARINHOS	49
6.3.1	QUESTÕES QUE EMERGIRAM A PARTIR DAS EXPOSIÇÕES DOS COLABORADORES DA MESA	51
6.4	PAINEL SOBRE A PESCA ARTESANAL EM OUTROS PAÍSES: TRANSCRIÇÃO DAS FALA	53
	(PANAMÁ, COLÔMBIA, CHILE, EQUADOR E GUATEMALA)	53
6.4.1	PERGUNTAS REALIZADA AOS CONVIDADOS DA RODA DE CONVERSA 58	
6.4.2	RESPOSTAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS RODAS DE CONVERSA	59
6.5	MESA SOBRE A PESCA ARTESANAL NO MUNDO E AS DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS DA FAO PARA PESCA DE PEQUENA ESCALA	60
6.5.1	PERGUNTAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A MESA	64
6.5.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A MESA	64
6.6	REFLEXÃO SOBRE O “LEGADO DO CHICO MENDES NOS ALCANÇOU” (MEMORIAL CHICO MENDES)	65
6.7	OFICINAS TEMÁTICAS	70

6.7.1	IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SERVIÇOS AMBIENTAIS E O EXTRATIVISMO E AS COMUNIDADES MARINHAS.....	70
6.7.2	AÇÕES/PROJETO QUE INCIDEM SOBRE O EXTRATIVISMO COSTEIRO E MARINHO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS PROJETO: TRANSPORTE DE CARANGUEJOS EM BASQUETAS NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO PARÁ PARCERIA CONFREM PARÁ, ICMBIO E SEDAP-PA.....	72
6.7.3	EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE AUTO MONITORAMENTO, SELO DE ORIGEM – RASTREABILIDADE DE PRODUTOS, COMERCIALIZAÇÃO EXPERIÊNCIAS: BRASIL (CONFREM E CI), PANAMÁ, CHILE E COLÔMBIA	73
6.8	PALESTRA: AÇÕES E COMPROMISSOS DA RARE QUE INCIDEM SOBRE O EXTRATIVISMO COSTEIRO E MARINHO	78
6.9	GRUPOS DE TRABALHO.....	78
6.9.1	REGIÕES AMAPÁ E PARÁ.....	79
6.9.2	REGIÃO MARANHÃO E PIAUÍ	80
6.9.3	REGIÃO BAHIA, CEARÁ, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA E SERGIPE	82
6.9.4	REGIÕES SUL E SUDESTE	84
	REFERÊNCIAS.....	86
	APÊNDICES.....	88

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país estratégico pela sua importância no cenário mundial quanto à diversidade biológica. Mas, além disso, é também um dos países que apresentam a maior diversidade cultural ou sociobiodiversidade. Esta pluralidade cultural representa também uma grande diversidade de formas de interação com os ambientes naturais, refletida em diferentes formas de usos dos recursos naturais, de manejo e de ocupação territorial, além de um amplo e aprofundado conhecimento tradicional (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

A conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais é uma preocupação crescente em todo o mundo. Já se reconhece nos dias atuais a possibilidade e as vantagens, de se aliar conservação ambiental e o uso sustentável da biodiversidade, à importância dos povos e comunidades tradicionais, particularmente das que possuem o extrativismo como base de sua subsistência e reprodução sociocultural.

Segundo Diegues (1983), é a partir de um entendimento qualificado das características naturais, físicas e biológicas, bem como do contexto social, que se determina como se dá a organização pesqueira em diferentes regiões e locais de pesca. É necessário uma apreciação da construção histórica de cada realidade, pois homens e mulheres, ao interferir na natureza, estabelecem relações de produção e desenvolvem forças produtivas sociais com íntimos vínculos às realidades culturais.

Em 2010, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Brasil ocupava a décima oitava colocação mundial na produção geral de pescados, e o terceiro lugar na América do Sul, atrás do Chile e Peru respectivamente. O Brasil possui 853.231 pescadores registrados no Registro Geral de Pescadores (RGP), que atuam tanto em ambientes marinhos costeiros como na pesca continental. No mesmo ano, do total de pescadores registrados no Brasil, 59,1% (504.678) eram homens, enquanto 40,9% (348.553) mulheres (BRASIL, 2010).

Quando se trata do extrativismo costeiro e marinho da pesca, a pesca artesanal, que é uma forma de extrativismo realizado por homens e mulheres, com produção familiar, com uma relação direta com a manutenção dos recursos naturais e com o território tradicional, chamados pescadores e pescadoras organizados na CONFREM Brasil a denominam de "maretório" ou "território encantado das marés", onde se dá a reprodução social, cultural, econômica e religiosa. Embora a previsão legal que trata o conceito de pesca artesanal não possa dar conta de toda a diversidade e complexidade da pesca artesanal, é importante embasar as discussões sobre o

extrativismo costeiro e marinho tendo conhecimento da Lei N° 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei N° 221, de 28 de fevereiro de 1967. Quando se trata da atividade da pesca e do extrativismo, é imprescindível a reflexão feita de que a economia capitalista fundamentada no individualismo metodológico nega a solidariedade coletiva como base das relações sociais (MATOS, 2006).

Segundo Capra (2002), este mesmo capitalismo também coloca em risco e destrói inúmeras comunidades locais pelo mundo, violando o caráter sagrado da vida, transformando diversidade em monocultura, ecologia em engenharia e a própria vida em mercadoria. Diante desse contexto e fruto da luta e organização de pescadores artesanais, marisqueiras, catadores de caranguejo, são criadas as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinha, cujo propósito é manter e proteger esses territórios de pesca, preservar o modo de vida das populações tradicionais e criar condições de desenvolver as atividades de extrativismo de forma sustentável. Nesse cenário surge a CONFREM, que é a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Brasil, tendo como missão: desenvolver, articular e implementar estratégias coletivas visando o reconhecimento e a garantia dos territórios/mareatórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável.

Na perspectiva de qualificar essa intervenção, a CONFREM com o apoio de alguns parceiros se colocou o desafio de pensar estratégias para o extrativismo costeiro e marinho, e para as populações que vivem nesses territórios. Os elementos necessários para elaborar essas estratégias são identificados de diversas formas, variando de acordo com o contexto que “quem olha” está inserido. Sendo assim, considera-se que diante dos problemas, que compreendem também estruturas sociais, existem distintas formas de ação e concepção. E essas formas devem ser dialogadas e territorializadas. Baseando-se nas inquietações oriundas da experiência enquanto facilitadora desses processos e dos saberes adquiridos junto às comunidades de terreiro, construiu-se este trabalho articulando o arcado teórico e prático das comunidades, às questões que circundam as comunidades, através do diálogo com seus membros. As inquietações pessoais da autora/pesquisadora se manifestam ao longo das discussões em forma de relatos descritivos. O norteamento deste trabalho se baseia no seguinte problema: Quais as eixos temáticos do extrativismo costeiro marinho brasileiro que embasariam o Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho?

Constitui-se como objetivo geral desta pesquisa/estudo, realizar um diagnóstico sobre o extrativismo costeiro marinho brasileiro para embasar os eixos temáticos do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho. Ressaltando que no presente trabalho, apresenta-se de forma integrada os resultados da pesquisa e os resultados do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho. E constituem-se como objetivos específicos deste trabalho: construir mapeamento sistemático sobre as principais áreas de atuação da CONFREM; identificar e analisar os eixos temáticos; delimitar como os eixos temáticos e macro agrupamentos analíticos poderiam ser incorporados à programação do seminário; realizar uma integração entre os resultados do diagnóstico e do seminário.

Para obter a proposta, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o extrativismo costeiro e marinho, e sobre as populações que utilizam esses territórios possibilitando o embasamento e aprofundamento na temática. Essa pesquisa bibliográfica é essencial para a construção de um panorama que possibilite a compreensão do material obtido através dos questionários e análise das rodas de conversa. Visando ainda efetivação desta finalidade realizou-se um relatório que integra os resultados de uma pesquisa prévia e os resultados do seminário, a pesquisa foi realizada nos moldes de uma *etnopesquisa crítica*, de cunho qualitativa, do tipo exploratória, com abordagem etnometodológica, através da imersão no campo de pesquisa. Enquanto ferramentas de pesquisa, utilizou-se um questionário de identificação dos colaboradores; entrevistas semiestruturadas com membros das comunidades e rodas de conversa, com o intento de compreender e identificar os campos temáticos de maior interesse dentro das comunidades, foram realizadas também reuniões virtuais e um diário de pesquisa que foi utilizado para fins de registro na produção de dados.

O presente relatório está esquematizado da seguinte forma: a primeira parte trata da preparação do Seminário Nacional do Extrativismo, essa parte é precedida traz área de atuação da CONFREM no litoral brasileiro; a organização das informações disponíveis sobre pesca, territórios dos pescadores artesanais, espécies de importância socioeconômica nos territórios e outros produtos e discussão de roteiro mínimo para levantamento de informações sobre extrativismo costeiro e marinho; roda de conversa com a CONFREM Brasil nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará e Santa Catarina; sistematização das informações que levaram em conta as rodas de conversas, aplicação de questionários e análises de documentos disponíveis. A segunda parte trata da realização do Seminário, finalizando com os principais resultados do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho.

2 INCURSÃO TEÓRICA

O Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal), incorporou no seu processo de elaboração a integração dos saberes acadêmicos e tradicionais, tendo participação de vários extrativistas costeiros e marinho em toda sua elaboração e implementação.

Estabeleceu ações de conservação para 74 espécies alvo, sendo 20 espécies ameaçadas constantes nas Portarias do MMA nº 444 e 445/2014, nove constantes exclusivamente em listas estaduais e 45 espécies de importância socioeconômica e não ameaçadas. Tratou de informações sobre as espécies abrangendo 30 áreas estratégicas (Costa Norte, Nordeste/ Espírito Santo e Sul/ Sudeste), essas áreas foram delimitadas a partir dos critérios de importância social, importância biológica, oportunidade, efetividade de conservação, ameaça e representatividade regional.

Organizei as informações sobre as espécies da flora e da fauna selecionadas, por considerar importante para esse diagnóstico do Extrativismo Costeiro e Marinho.

São apresentadas abaixo as seguintes informações: Espécies de Flora e Fauna considerando as Regiões Costa Norte (parte do Maranhão, Pará e Amapá); Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia).

2.1 Região costa norte

FLORA

Tabela 1: Flora da região costa norte

NOMES COMUNS	NOMES CIENTIFICOS
Mangue-preto, Mangue negro, Siriubá, Siriba	<i>Avicennia germinans</i> (L.) L.j
Mangue-preto, Mangue negro, Siriubá, Siriba	<i>Avicennia schaueriana</i> (Stapf & Leechman ex Moldenke)
Mangue-de-botão	<i>Conocarpus erectus</i> (L)
Mangue branco, Tinteira, Mangue-manso, Mangue-verdadeiro, Mangue-de-cortume	<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) C. F. Gaertn
Mangue-vermelho	<i>Rhizophora mangle</i> (L.)
Mangue-vermelho	<i>Rhizophora harrisonii</i> (Leechm.)

Mangue-vermelho	<i>Rhizophora racemosa</i> (Leechman)
------------------------	---------------------------------------

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015)

FAUNA

Tabela 2: Fauna da região costa norte

NOMES COMUNS	NOMES CIENTIFICOS
Guará	<i>Eudocimus ruber</i> (Linnaeus, 1758)
Taquiri, Tamatião, Savacu-de-coroa, Sabacu, Matirão, Dorminhoco, Matrião	<i>Nyctanassa violacea</i> (Linnaeus, 1758)
Trinta-réis-real, Andorinha-do-mar-real	<i>Thalasseus maximus</i> (Boddaert, 1783)
Camarão rosa	<i>Farfantepenaeus subtilis</i> (Pérez-Farfante, 1967)
Camarão-branco, Camarão barba-roxa, Camarão-verdadeiro	<i>Litopenaeus schmitti</i> (Burkenroad, 1936)
Camarão regional	<i>Macrobrachium amazonicum</i> (Heller, 1862)
Sutinga	<i>Mytella charruana</i> (d'Orbigny, 1842)
Sururu-de-dedo, Bico-de-ouro	<i>Mytella guyanensis</i> (Lamarck, 1819)
Caranguejo-uçá, Catanhão, Caranguejo-do-mangue, Caranguejo-verdadeiro	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus, 1763)
Camarão-sete-barbas, Camarão-chifrudo	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller, 1862)
Gurijuba	<i>Aspistor luniscutis</i> (Valenciennes, 1840)
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i> (Castelnau, 1855)
Xaréu	<i>Caranx hippos</i> (Linnaeus, 1766)
Robalo-branco, Robalo-de-galha, Robalo-estoque, Rolão	<i>Centropomus undecimalis</i> (Bloch, 1792)
Mero	<i>Epinephelus itajara</i> (Lichtenstein, 1822)
Tubarão-lixia, Cação-lixia, Lambaru, Urumaru	<i>Ginglymostoma cirratum</i> (Bonnaterre, 1788)
Cação- Quati	<i>Isogomphodon oxyrhynchus</i> (Müller & Henle, 1839)
Corvina, Coruca, Cascudo	<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)
Tainha	<i>Mugil curema</i> (Valenciennes, 1836)
Tainha	<i>Mugil incilis</i> (Hancock, 1830)

Tainha, Caceté, Cambão, Cambiro, Chaveta, Curimã, Curimaí, Saúna, Saúna-açu, Tainha-de-entrada, Tainha-de-corrída, Tainha-de-dorso, Tainha-de-rio, Tainha-pau, Tainhota, Tamatarana	Mugil liza (Valenciennes, 1836)
Tubarão-limão, Papa-areia	Negaprion brevirostris (Poey, 1868)
Cação-espardate	Pristis pectinata (Latham, 1794)
Araguaguá	Pristis perotteti (Müller & Henle, 1841)
Budião	Scarus guacamaia (Cuvier, 1829)
Serra	Scomberomorus brasiliensis (Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978)
Pescada-amarela	Cynoscion acoupa (Lacépède, 1802)
Pescada-olhuda, Maria-mole, Pescada	Cynoscion guatucupa (Cuvier, 1830)
Boto-cinza, Tucuxi	Sotalia guianensis (Van Bénédén, 1864)
Peixe-boi-da-Amazônia	Trichechus inunguis (Natterer, 1883)
Peixe-boi-marinho	Trichechus manatus (Linnaeus, 1758)
CAMARÃO-SETE-BARBAS, CAMARÃO-CHIFRUDO	XIPHOPENAEUS KROYERI (HELLER, 1862)
DOURADA	Brachyplatystoma rousseauxii (Castelnau, 1855)
SERRA	Scomberomorus brasiliensis (Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978)
PESCADA-AMARELAO	Cynoscion acoupa (Lacépède, 1802)
CARANGUEJO-UÇÁ, CATANHÃO, CARANGUEJO-DO-MANGUE, CARANGUEJO-VERDADEIRO	Ucides cordatus (Linnaeus, 1763)

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015)

2.2 Região nordeste

FLORA

Tabela 3: Flora da região nordeste

NOMES COMUNS	NOMES CIENTIFICOS
Mangue-preto, Mangue negro, Siriubá, Siriba	Avicennia germinans (L.) L.
Mangue-preto, Mangue negro, Siriubá, Siriba	Avicennia schaueriana (Stapf & Leechman ex Moldenke)
Mangue-de-botão	Conocarpus erectus (L.)
Mangue branco, Tinteira, Mangue-manso, Mangue-verdadeiro, Mangue-de-cortume	Laguncularia racemosa (L.) C. F. Gaertn
Mangue-vermelho	Rhizophora mangle (L.)
Mangue-vermelho	Rhizophora harrisonii (Leechm.)
Mangue-vermelho	Rhizophora racemosa (Leechman)

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015).

FAUNA

Tabela 4: Fauna da região nordeste

NOMES COMUNS	NOMES CIENTIFICOS
Guará	Eudocimus ruber (Linnaeus, 1758)
Taquiri, Tamatião, Savacu-de-coroa, Sabacu, Matirão, Dorminhoco, Matrião	Nyctanassa violacea (Linnaeus, 1758)
Trinta-réis-real, Andorinha-do-mar-real	Thalasseus maximus (Boddaert, 1783)
Camarão rosa	Farfantepenaeus subtilis (Pérez Farfante, 1967)
Camarão-branco, Camarão barba-roxa, Camarão-verdadeiro	Litopenaeus schmitti (Burkenroad, 1936)
Camarão regional	Macrobrachium amazonicum (Heller, 1862)
Sutinga	Mytella charruana (d'Orbigny, 1842)
Sururu-de-dedo, Bico-de-ouro	Mytella guyanensis (Lamarck, 1819)
Caranguejo-uçá, Catanhão, Caranguejo-do-mangue, Caranguejo-verdadeiro	Ucides cordatus (Linnaeus, 1763)
Camarão-sete-barbas, Camarão-chifrudo	Xiphopenaeus kroyeri (Heller, 1862)
Berbigão, Vôngole, Maçunim, Chumbinho	Anomalocardia brasiliana (Gmelin, 1791)

Gurijuba	<i>Aspistor luniscutis</i> (Valenciennes, 1840)
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i> (Castelnaud, 1855)
Xaréu	<i>Caranx hippos</i> (Linnaeus, 1766)
Robalo-branco, Robalo-de-galha, Robalo-estoque, Rolão	<i>Centropomus undecimalis</i> (Bloch, 1792)
Tubarão-lixia, Cação-lixia, Lambaru, Urumarú	<i>Ginglymostoma cirratum</i> (Bonnaterre, 1788)
Cação- Quati	<i>Isogomphodon oxyrhynchus</i> (Müller & Henle, 1839)
Corvina, Coruca, Cascudo	<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)
Tainha	<i>Mugil incilis</i> (Hancock, 1830)
Tainha, Cacetão, Cambão, Cambiro, Chaveta, Curimã, Curimaí, Saúna, Saúna-açu, Tainha-de-entrada, Tainha-de-corrida, Tainha-de-dorso, Tainha-de-rio, Tainha-pau, Tainhota, Tamatarana	<i>Mugil liza</i> (Valenciennes, 1836)
Tubarão-limão, Papa-areia	<i>Negaprion brevirostris</i> (Poey, 1868)
Cação-espardate	<i>Pristis pectinata</i> (Latham, 1794)
Araguaguá	<i>Pristis perotteti</i> (Müller & Henle, 1841)
Budião	<i>Scarus guacamaia</i> (Cuvier, 1829)
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i> (Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978)
Pescada-amarela	<i>Cynoscion acoupa</i> (Lacépède, 1802)
Pescada-olhuda, Maria-mole, Pescada	<i>Cynoscion guatucupa</i> (Cuvier, 1830)
Boto-cinza, Tucuxi	<i>Sotalia guianensis</i> (Van Bénédén, 1864)
Peixe-boi-da-Amazônia	<i>Trichechus inunguis</i> (Natterer, 1883)
Peixe-boi-marinho	<i>Trichechus manatus</i> (Linnaeus, 1758)
CAMARÃO-BRANCO, CAMARÃO BARBA-ROXA, CAMARÃO-VERDADEIRO	LITOPENAEUS SCHMITTI (BURKENROAD, 1936)
CARANGUEJO-UÇÁ, CATANHÃO, CARANGUEJO-DO-MANGUE, CARANGUEJO-VERDADEIRO	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus, 1763)
CAMARÃO-SETE-BARBAS, CAMARÃO-CHIFRUDO	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller, 1862)
SERRA	<i>Scomberomorus brasiliensis</i> (Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978)

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015).

2.3 Regiões sul e sudeste

FLORA

Tabela 5: Flora das regiões sul e sudeste

NOMES COMUNS	NOMES CIENTIFICOS
Mangue-preto, Mangue negro, Siriuba, Siriba	<i>Avicennia germinans</i> (L.) L.
Mangue-preto, Mangue negro, Siriuba, Siriba	<i>Avicennia schaueriana</i> (Stapf & Leechman ex Moldenke)
Mangue branco, Tinteira, Mangue-manso, Mangue-verdadeiro, Mangue-de-cortume	<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) C. F. Gaertn

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015)

FAUNA

Tabela 6: Fauna das regiões sul e sudeste

NOME COMUNS	NOMES CIENTÍFICOS
Camarão rosa	<i>Farfantepenaeus subtilis</i> (Pérez-Farfante, 1967)
Camarão rosa	<i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> (Latreille, 1817)
Camarão-branco, Camarão barba-roxa, Camarão-verdadeiro	<i>Litopenaeus schmitti</i> (Burkenroad, 1936)
Ostra, Camurim, Camurim-branco	<i>Crassostrea brasiliiana</i> (Lamarck, 1819)
Ostra-do-mangue	<i>Crassostrea rhizophorae</i> (Guilding, 1828)
Sururu-de-dedo, Bico-de-ouro	<i>Mytella guyanensis</i> (Lamarck, 1819)
Caranguejo-uçá, Catanhão, Caranguejo-do-mangue, Caranguejo-verdadeiro	<i>Ucides cordatus</i> (Linnaeus, 1763)
Camarão-sete-barbas, Camarão-chifrudo	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller, 1862)
Siri, Caxangá	<i>Callinectes larvatus</i> (Ordway, 1863)
Siri-azul, Siri-tinga, Siri	<i>Callinectes sapidus</i> (Rathbun, 1896)
Siri-guaçu, Siri-açu	<i>Callinectes danae</i> (Smith, 1869)
Berbigão, Vôngole, Maçunim, Chumbinho	<i>Anomalocardia brasiliiana</i> (Gmelin, 1791)
Pichochó, Chanchão, Catatau, Estalador, Pichochó-estrela, Chachá	<i>Sporophila frontalis</i> (Verreaux, 1869)
Socó-jararaca, Socó-boi-escuro	<i>Tigrisoma fasciatum</i> (Such, 1825)

Apuim-de-costas-pretas, Apuim-de-cauda-vermelha, Papagainho	<i>Touit melanonotus</i> (Wied, 1820)
Manjuba, Manjuba-cubana	<i>Anchoa cubana</i> (Poey, 1868)
Manjuba, Manjuba-de-fita	<i>Anchoa filifera</i> (Fowler, 1915)
Enchoveta, Manjuba, Manjuba-boca de rato	<i>Anchoa lyolepis</i> (Evermann & Marsh, 1900)
Enchoveta, Manjuba, Manjuba boca de rato	<i>Anchoa tricolor</i> (Spix & Agassiz, 1829)
Don-don, Manjuba-de-Iguape, Sardinha-selvagem	<i>Anchoviella lepidentostole</i> (Fowler, 1911)
Robalo-peba, Camorim-corcunda, Camorim-peba	<i>Centropomus parallelus</i> (Poey, 1860)
Robalo-branco, Robalo-de-galha, Robalo-estoque, Rolão	<i>Centropomus undecimalis</i> (Bloch, 1792)
Pescada-amarela	<i>Cynoscion acoupa</i> (Lacépède, 1802)
Pescada-olhuda, Maria-mole, Pescada	<i>Cynoscion guatucupa</i> (Cuvier, 1830)
Goete	<i>Cynoscion jamaicensis</i> (Vaillant & Bocourt, 1883)
Pescada-branca	<i>Cynoscion leiarchus</i> (Cuvier, 1830)
Pescada-bicuda	<i>Cynoscion microlepidotus</i> (Cuvier, 1830)
Pescada-cambucu	<i>Cynoscion virescens</i> (Cuvier, 1830)
Garoupa-verdadeira, Garoupa-crioula	<i>Epinephelus marginatus</i> (Lowe, 1834)
Tubarão-lixia, Cação-lixia, Lambaru, Urumaru	<i>Ginglymostoma cirratum</i> (Bonnaterre, 1788)
Corvina, Coruca, Cascudo	<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)
Tainha, Cacetão, Cambão, Cambiro, Chaveta, Curimã, Curimaí, Saúna, Saúna-açu, Tainha-de-entrada, Tainha-de-corrída, Tainha-de-dorso, Tainha-de-rio, Tainha-pau, Tainhota, Tamatarana	<i>Mugil liza</i> (Valenciennes, 1836)
Tubarão-limão, Papa-areia	<i>Negaprion brevirostris</i> (Poey, 1868)
Linguado	<i>Paralichthys brasiliensis</i> (Ranzani, 1842)
Linguado	<i>Paralichthys orbignyanus</i> (Valenciennes, 1839)
Linguado-branco	<i>Paralichthys patagonicus</i> (Jordan, 1889)
Budião	<i>Scarus guacamaia</i> (Cuvier, 1829)
Boto-cinza, Tucuxi	<i>Sotalia guianensis</i> (Van Bénédén, 1864)
Toninha, Manico, Boto-garrafa e Boto-cachimbo	<i>Pontoporia blainvillei</i> (Gervais & d'Orgigny, 1844)

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015)

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa foi construído através de uma etnopesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratória, utilizando-se pressupostos teóricos da etnometodologia. E consistiu em uma incursão no campo de pesquisa, através dos instrumentos de produção de dados e de registro, que foram o diário de pesquisa, as rodas de conversa e o questionário semiestruturado. Os etnométodos “são os procedimentos que os membros de uma forma social utilizam para produzir e reconhecer seu mundo, para torná-lo familiar, ao mesmo tempo em que o vão construindo” (COULON, 1995, p.113). Para a análise de conteúdo, utilizamos as preposições analíticas de Macedo (2000). Posto isso, a etnometodologia figura enquanto uma possibilidade de conceber os fenômenos sociais articulando os saberes socialmente produzidos ao protagonismo dos atores sociais.

A “etnopesquisa crítica” é de natureza qualitativa correspondendo “a um espaço mais profundo de relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MYNAIO, 1993, p.21). A etnopesquisa visa entender e explicar a dinâmica real de vida humana a partir da ótica dos atores sociais, possibilitando visibilidade às diversas concepções existentes. Os interesses dessa modalidade de pesquisa são orientados visando obter uma compreensão mais ampla dos grupos socioculturais e de suas estruturas organizacionais, enquanto espaços de indivíduos que constroem e que são construídos, atentando-se para os percursos culturais e sociais que formam os sujeitos (MACEDO, 2000). A seleção desse método prefigure-se como a mais adequada por se pretender investigar elementos estritamente ligados à experiência e as vivências subjetivas dos indivíduos.

Após este trabalho de fundamentação teórica adentrou-se na fase das rodas de conversa, e realização das entrevistas com os colaboradores. Escolheu-se entrevistas para a manifestação dos colaboradores por ser um instrumento que permite aos participantes liberdade e autonomia nos seus relatos, sendo assim a ferramenta mais adequada à proposta da pesquisa. A forma de entrevista selecionada foi a não estruturada, considerando que esse método de coleta de dados permite que os participantes possam expor os conteúdos de forma espontâneas, utilizando apenas duas perguntas principais disparadoras e oportuniza também a emergência de outras questões pertinentes a temática (TRIVIÑOS, 1987).

Cabe destacar que cada tipo de pesquisa e cada elemento pesquisado demanda um tipo diferente de instrumento para a coleta de informações, as ferramentas citadas anteriormente não correspondem à totalidade da metodologia de investigação e sim de parte do caminho

metodológico para o cumprimento das finalidades propostas e resolução da problemática centralizadora da pesquisa (RANIERI.BARREIRA, 2010). Para tanto, como citado anteriormente, utilizou-se um diário de pesquisa (APÊNDICE E), um questionário de identificação dos colaboradores (APÊNDICE B), um roteiro norteador da entrevista semiestruturada com questões disparadoras (APÊNDICE C). E o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (APÊNDICE D), a fim de que fossem explicadas todas as nuances da pesquisa, bem como obtido o consentimento dos colaboradores. Para melhor desempenho e organização, as ações do trabalho, foram divididas em cinco etapas.

A primeira etapa constituiu-se a partir da leitura e análise de documentos disponíveis que tratam em sua maioria de análises pontuais, ou de alguns aspectos das questões que envolvem as populações tradicionais que se relacionam com extrativismo costeiro e marinho, apontando lacunas de estudos de conhecimentos mais amplos, que envolvam as áreas de atuação da CONFREM Brasil e o litoral brasileiro como um todo. Foram organizadas as informações sobre a área de atuação da CONFREM – BRASIL, tabela contendo informações detalhadas sobre as Reservas Extrativistas Federal, com mais informações disponíveis, e territórios com atuação há mais tempo. Agregamos nessa tabela também dados gerais sobre as APAs Federal, Reserva Extrativista Estadual e outros territórios, Redes e Fóruns (APÊNDICE A).

Na segunda etapa foram organizadas as informações sobre a área de atuação da CONFREM - BRASIL em níveis diferenciados de atuação, considerando a importância do mapeamento para o desenvolvimento de trabalhos que contemplem a diversidade socioambiental e geográfica do país. Nessa etapa também foi realizado um levantamento sistemático sobre as informações disponíveis sobre flora e fauna nos territórios, e organizado nas tabelas já apresentadas no item 2. A terceira etapa constituiu-se do período de realização das rodas de conversas com lideranças da CONFREM Brasil nos estados do Rio de Janeiro (abril/2018), Maranhão e Pará (julho/2018), Bahia (agosto/2018), e Santa Catarina (agosto/2018). Durante o mês de setembro/2018, foram realizadas também 06 reuniões via skipe com cronograma previamente estabelecido (quadro 1) com a coordenação da CONFREM Brasil, objetivando manter os colaboradores cientes do processo da pesquisa e realizar esclarecimentos e discussões complementares, sobre os assuntos das rodas de conversas, sem contudo alterar os resultados já obtidos.

Quadro 1: Reuniões Virtuais

Reuniões	Data da realização
1ª reunião	Dia 17/09/2018
2ª reunião	Dia 17/09/2018
3ª reunião	Dia 18/09/2018
4ª reunião	Dia 18/09/2018
5ª reunião	Dia 20/09/2018
6ª reunião	Dia 21/09/2018

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros



Imagem 1: Roda de Conversa no Rio de Janeiro, Abril/2018.

Foto: acervo pessoal



Imagem 2: Roda de Conversa Maranhão e Pará, Julho/2018.

Foto: acervo pessoal



Imagem 3: Roda de Conversa Bahia, Agosto/2018.

Foto: acervo pessoal



Imagem 4: Roda de conversa Santa Catarina, Agosto/2018

Foto: acervo pessoal

Na quarta etapa houve a sistematização das informações, análise do conteúdo obtido através das rodas de conversas, reuniões, análise documental e dos relatos obtidos pelas entrevistas semiestruturadas (que possibilitou o levantamento de informações das espécies/cadeias/ produtos do extrativismo marinho identificados nos territórios, maretórios, nas comunidades e áreas protegidas). Posteriormente organizou-se em macro agrupamentos analíticos, divididos por regiões. Na quinta etapa, realizou-se a conclusão do diagnóstico prévio, elaborando também sugestões de temáticas relevantes para embasar as discussões durante a realização do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho.

3.1 Colaboradores da Pesquisa

Conforme Amatuzzi (1996) a pesquisa é composta por colaboradores, que constroem coletivamente o trabalho não apenas por pessoas que fornecem informações para a pesquisa, portanto convencionou-se chamar de colaboradores aos participantes. Considera-se que os entrevistados são os sujeitos mais adequados para expressar suas vivências e que nessa troca o pesquisador/facilitador se dispõe em escutar respeitosamente a experiência do outro.

Para orientar a seleção dos colaboradores partiu-se da concepção de buscar lideranças comunitárias de diversas regiões do país, as rodas de conversas aconteceram estados do Rio de Janeiro (abril/2018), Pará e Maranhão (julho/2018), Santa Catarina e Bahia (agosto/2018). Ao todo participaram dos grupos de discussões, 59 (cinquenta e nove) lideranças das regiões Norte/Nordeste/Sudeste e Sul. Os quadro abaixo apresentam a descrição detalhada sobre as lideranças envolvidas nas rodas de conversas (quadro 2).

Quadro 2: Colaboradores da pesquisa

Estados	Quantidade de lideranças por reserva extrativista	Quantidade de lideranças de outras UCS e/ou territórios
Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 06 lideranças Reserva Extrativista Arraial do Cabo; ➤ E 01 liderança Resex Estadual Itaipu 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 02 lideranças da APA Guapimirim; ➤ E 01 liderança da Lagoa de Araruama.
Bahia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 12 lideranças das Reservas Extrativistas de Canavieiras, Cassurubá, Corumbau e Baía do Iguape. 	
Pará	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 26 lideranças das Reservas Extrativistas de Gurupi Piriá, Caeté-Taperaçu, Maracanã, Cuinarana, Mãe Grande do Curuçá, Araí Peroba, Soure, São João da Ponta e Mestre Lucindo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 01 PAE Ilha do Maracujá.
Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 08 lideranças das Reservas Extrativistas de Cururupu, Arapiranga Tromai, Resex do Delta e Baía do Tubarão. 	
Santa Catarina	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 01 liderança da Resex Pirajubáe. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ 02 lideranças da APA da baleia Franca; ➤ E 01 liderança entorno ESEC Ratonés.
TOTAL	53 lideranças Reservas Extrativistas	06 lideranças de APAS, PAE, Lagoa e entorno de ESEC.

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros

Organizou-se de forma sistemática os dois gráficos abaixo, para compreender melhor a distribuição dos colaboradores de acordo com o território de origem e de acordo com a região em que estes se encontram. Nota-se a predominância de participantes oriundos de RESEXs, posto isto, convém destacar que esses territórios de acordo com a análise bibliográfica e experiência

pessoal, considera-se que são onde encontra-se há uma atuação mais incisiva de instituições e consequentemente uma maior disponibilidade de informações em diversos níveis de produção científica, observa-se também a maciça expressividade de representantes das regiões norte e nordeste, que juntas somam 46% conforme evidenciado no gráfico 2.

Gráfico 1: Participantes por UCs e outros territórios

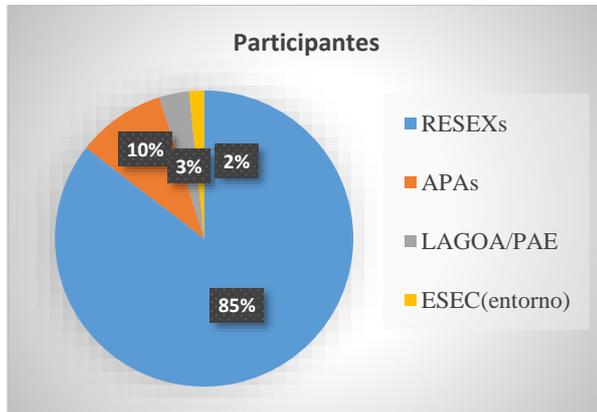
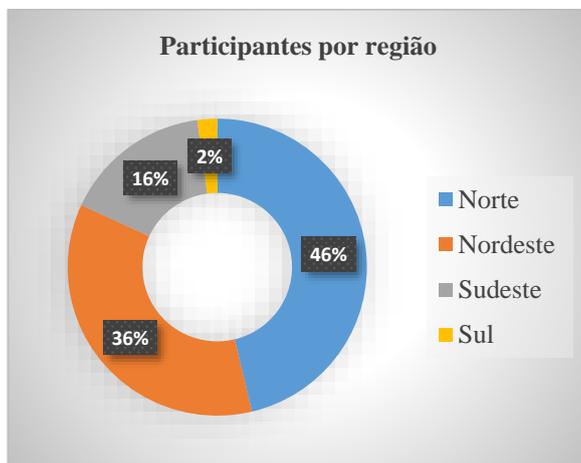


Gráfico 2: Participantes por região

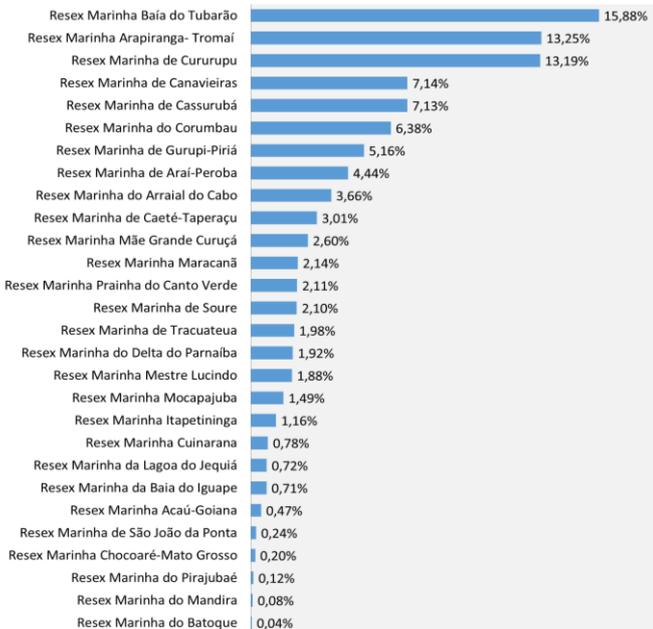


4 RESULTADOS

Abaixo apresentamos o resultado articulado da análise do conteúdo obtido através das rodas de conversa, das entrevistas e das reuniões, articulando as informações levantadas sobre as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinha a nível federal.

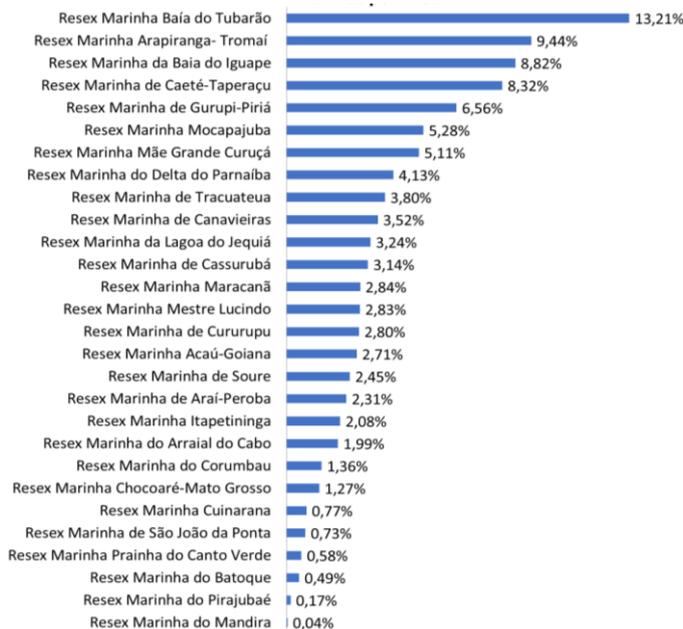
No que tange a atuação da CONFREM Brasil Reservas Extrativistas Federais, a instituição está presente em 86% dessas reservas de forma direta através de ações, e nas 14% que não possui ações diretas, está articulada através de suas lideranças (APÊNDICE A). Os gráficos abaixo apresentam informações sobre os territórios das Reservas Extrativistas Costeiras, CONFREM Brasil, no que concerne unidades por estados, as áreas e as famílias nas UCs e

Gráfico 3: Áreas das Resex



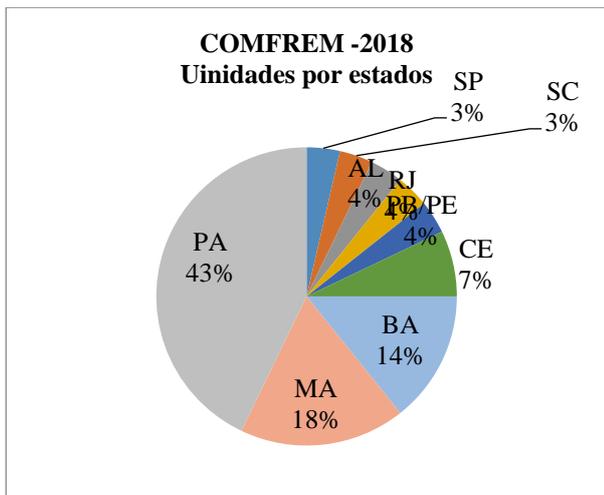
Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015 e levantamentos não publicados do acervo da CONFREM Brasil).

Gráfico 4: Famílias por Resex



Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir de ICMBio, 2015 e levantamentos não publicados do acervo da CONFREM Brasil).

Gráfico 5: Distribuição da Resexs por estado



Os gráficos abaixo trazem informações sobre os territórios das Reservas Extrativistas Costeiras, CONFREM Brasil, no que concerne aos instrumentos de gestão: Conselhos Deliberativo, Plano de Manejo, Acordos de Gestão, Acordos de Pesca, Perfil de Beneficiários.

Gráfico 6: Resexs com Conselhos Deliberativo

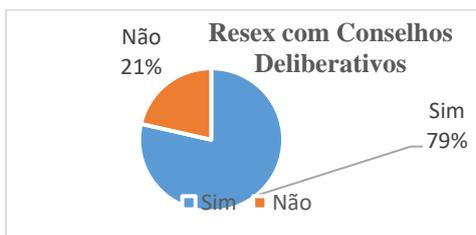


Gráfico 7: Resex com Acordo de Gestão e/ou Acordo de Pesca

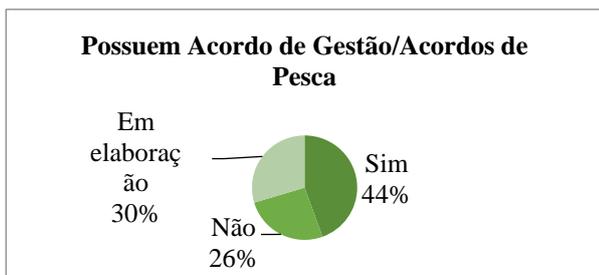


Gráfico 8: Resex com Perfil de Famílias Beneficiárias elaborados

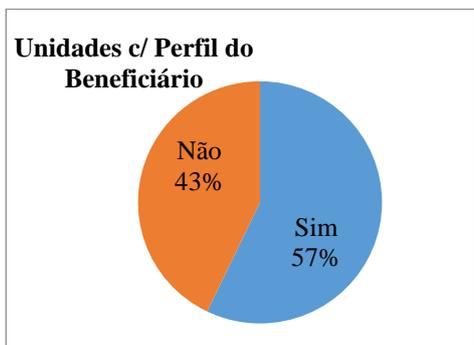
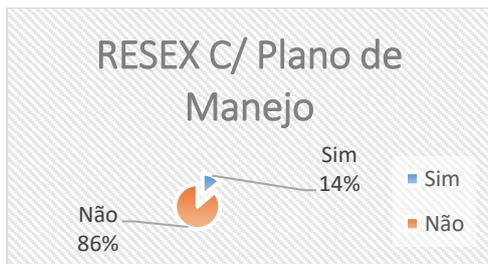
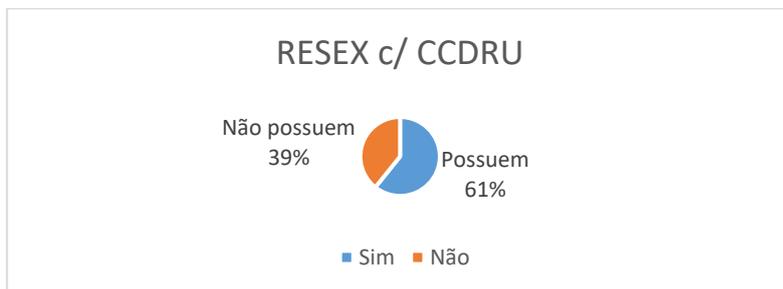


Gráfico 9: Resexs com Planos de Manejo



O gráfico abaixo traz informações sobre os territórios das Reservas Extrativistas Costeiras, CONFREM Brasil, no que concerne ao ordenamento territorial, mais especificamente quais UCs possuem Contrato de Concessão Direito Real de Uso.

Gráfico 10: Resexs com CCDRU



O gráfico abaixo traz informações sobre a existência das Associações Mãe das Resexs, que se formam em algumas Resexs por representações dos extrativistas e em outras por representações de outras instituições já existente, sendo a responsável na maioria das Resexs pela implementação da gestão compartilhada, sendo a concessionária quando as mesmas possuem CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e com ela se estabelece relação direta com a CONFREM a nível local.

Gráfico 11: Resexs com Associações Mãe



4.1 Identificação a nível de estado, quais os cinco principais produtos da pesca artesanal considerando a segurança alimentar dos extrativistas e das comunidades locais, o preço de mercado, condições de comercialização e renda advinda do produto

Como resultado do primeiro item do questionário, obteve-se a identificação a nível de estado, dos cinco principais produtos da atividade da pesca artesanal (considerando a segurança alimentar dos extrativistas e das comunidades locais, o preço de mercado, condições de comercialização e a renda advinda do produto). Cada participante poderia citar até cinco opções, as cinco opções mais votadas em cada estado estão apresentadas abaixo em forma de gráficos. Ao lado do estado, explicitamos entre parênteses a quantidade de participantes que responderam ao questionário.

Esse momento de identificação a nível de estado, dos cinco principais produtos mesmo tendo sido escolhido os critérios a serem considerados, observei que nas Rodas de Conversas nas regiões Norte e Nordeste, houve uma dificuldade maior na escolha dos principais produtos, trazendo a luz, o aspecto das pescarias de múltiplos produtos realizada pelos extrativistas costeiros e marinho ao longo do litoral brasileiro, mas de forma mais forte nessas duas regiões, levando a crer que pensar fortalecimento de cadeia produtiva deve-se levar em conta não somente os aspectos produtivos, mas em especial os aspectos culturais que predominam nessa atividade secular, tradicional e mantida através do repasse do saber há gerações.

Gráfico 12: Rio de Janeiro (9 participantes)



Gráfico 13: Pará (26 participantes)

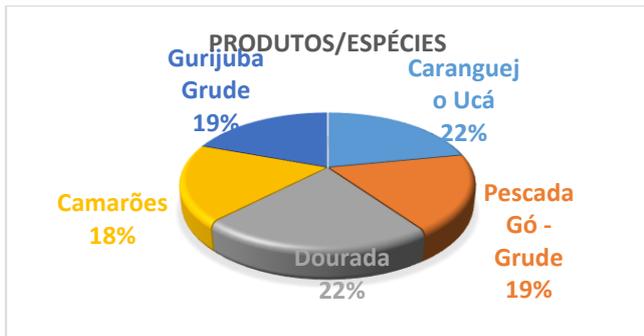


Gráfico 14: Maranhão (8 participantes)

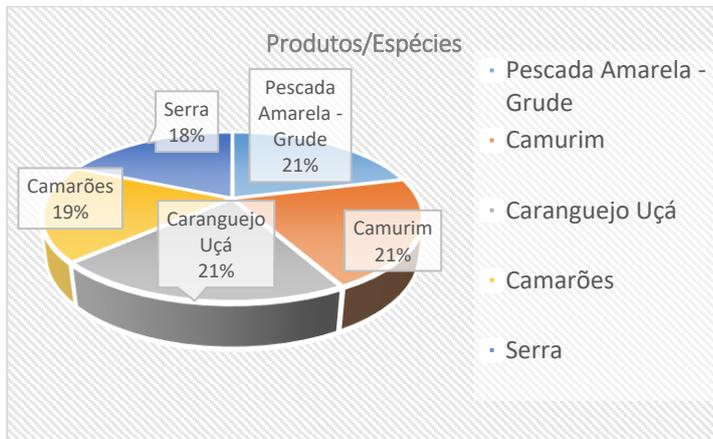
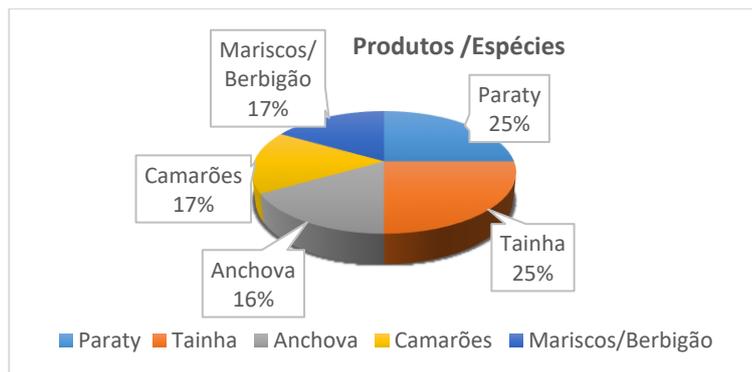


Gráfico 15: Bahia (12 participantes)



Gráfico 16: Santa Catarina (6 participantes)



Outro dado importante, é que das cinquenta e nove lideranças que estiveram nas rodas de conversas, quarenta e sete apontaram o Turismo de Base comunitária como um dos produtos com grande importância e em níveis diferenciados de implementação, esse dado não era previsto pelo roteiro, mas foi realizado o levantamento, a identificação e análise desses dados que emergiram e organizou-se os resultados, em uma tabela com as diretrizes do Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação federais.

Tabela 7: Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação federais

Estado	Qual o status do TBC nos territórios	Quantidade de famílias envolvidas nessa atividade
Rio de Janeiro	APA Guapimirim, estabelecido e se organizando para aprimorar, com Cooperativa Manguezal Fluminense, Cooperativa Manguezal Guanabara, Rede Nós da Guanabara com regras estabelecida, Instrução Normativa nº 27/2012, que define critérios para a condução de visitantes. RESEX Arraial do Cabo, tem uma associação de barqueiros da beira de praia cerca de 80 oriundos da pesca, porém se encontra em estruturação, grandes dificuldades Existindo um IN de Turismo, Portaria ICMBio Nº 5, de 3 de janeiro de 2017, publicada em 05 de janeiro de 2017. Lagoa de Araruama – estabelecido mas poucas famílias envolvidas	APA Guapimirim são 40 famílias. RESEX Arraial do Cabo, são aproximadamente 40 famílias. Lagoa de Araruama são 08 famílias.
Pará	Das unidades somente Soure já tem TBC estabelecido, as demais ainda está em discussão.	Soure, 14 famílias.
Maranhão	Resex Cururupu – Estruturando o TBC, já tendo realizado Planejamento e Intercâmbio com outra Resex que já desenvolve. Resex do Delta do Parnaíba e Baía do Tubarão, já realizam porém necessita estruturar melhor.	Resex Cururupu – 10 famílias, a maioria na Ilha de Lençois. Resex do Delta do Parnaíba e Baía do Tubarão – aproximadamente 40 famílias realizam porém necessita estruturar.

	Arapiranga Tromai, reconhecem o potencial mas ainda não desenvolvem.	
Bahia	Resex Canavieiras, Cassurubá e Corumbau, precisam estruturar as iniciativas que existem. Resex Iguape, já estabelecido com excelente experiência no Quilombo Kaonge através da Rota da Liberdade.	Resex Canavieiras, Cassurubá e Corumbau, precisam estruturar as iniciativas que existem Sem informação do número de famílias envolvidas. Resex Iguape – aproximadamente 20 famílias.
Santa Catarina	APA Baleia Franca, entorno ESEC Ratonos, estão organizando e aprimorando. Resex Pirajubaé, já estabelecido com necessidade de ajustes e envolvimento de mais famílias.	Resex Pirajubaé, 7 famílias.

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros

4.2 Para a organização das cadeias produtivas

4.2.1 Identificação dos gargalos e das suas formas de superação

Ao analisar o material obtido através da pesquisa, nota-se que embora guardem singularidades, quando se trata de pensar barreiras/obstáculos no extrativismo costeiro e marinho, as regiões se somam, e demonstram gargalos muito similares. Organizou-se em tópicos os principais gargalos oriundos dos relatos dos colaboradores e as formas de superação.

Tabela 8 : Gargalos e indicações de como superar

Gargalos	Indicação de como superar
Ausência de políticas públicas, incentivos e/ou parcerias que considerem os mais diversos aspectos das cadeias produtivas da pesca artesanal.	
Falta de organização e qualificação da produção, foi demonstrado que esse fator é altamente significativo e limitante em termos de condições e capacidade dos extrativistas envolvidos na base das cadeias de valor com relação à promoção do seu desenvolvimento e consolidação sustentável.	Buscar apoio para implementação de políticas públicas voltadas para organização das cadeias produtivas, com efeito demonstrativo e paralelo a isso, trabalhar estratégias de fortalecimento das organizações comunitárias e de capacitação em gestão.
Ausência de conhecimento dos processos e mecanismos de cada elo da cadeia, bem como de informação fidedigna, organizada e disponível para todos, acerca das produções em diferentes níveis.	Realizar levantamento das principais cadeias produtivas envolvendo todos os elos.

Dificuldade ou falta de acesso à assistência técnica e crédito diferenciada considerando as mais diversas realidades do extrativismo costeiro e marinho.	
Falta de conhecimento e compreensão sobre as cadeias de valor por parte dos diferentes atores envolvidos. Por exemplo, quem coleta caranguejos muitas vezes não sabe onde está o consumidor final, desconhece o trajeto do produto, desconhece os valores gerados na cadeia e essas informações gerais sobre o processo produtivo.	Realizar levantamento das principais cadeias produtivas envolvendo todos os elos.
Políticas Públicas ineficazes ou inadequadas para as diferentes realidades que envolve o extrativismo costeiro e marinho bem como o uso sustentável dos recursos naturais dos manguezais amazônicos, principalmente os pesqueiros.	
Fragilidade das organizações social, em especial as associações comunitárias que possuem precário desenvolvimento gerencial e administrativo das organizações de base com diferentes níveis de desenvolvimento e organização gerencial e administrativa.	Fortalecimento das organizações locais, das articulações em rede, apoio a CONFREM como uma das principais organizações a nível local, regional e nacional.

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros

Convém explicitar que esses fatores consideram os produtos oriundos da pesca artesanal, as formas de produção, a cultura do lugar, a construção coletiva, as capacidades locais, o nível de organização, as adequações constante as mudanças de normatização na pesca, bem como condições de armazenamento, infraestrutura, transporte e mercados.

4.2.2 Identificação das potencialidades e das suas formas de desenvolvimento

4.2.2.1 Governança/gestão

Quanto a governança e a gestão, constatou-se através dos resultados obtidos que há um bom nível de articulação entre as lideranças e representantes comunitários das RESEXs, APAs e outros territórios através da CONFREM Brasil, um nível satisfatório de articulação entre as lideranças e representantes comunitários e os gestores do ICMBio. Há uma articulação entre as populações que habitam as comunidades, ainda que em alguns territórios de forma precária. Notou-se também a necessidade de investimento em

formação/capacitação de lideranças e realização de intercâmbios temáticos de experiências, tanto a nível nacional, quanto internacional. E um fator presente na maioria dos relatos e discussões foi o “espírito” de associativismo entre as lideranças e representações comunitárias.

4.2.2.2 Cadeias produtivas, produção e comercialização

Identificou-se também oportunidades e potenciais para melhora gestão, a governança e a organização das cadeias produtivas nos territórios costeiros e marinhos em especial nas UCs de uso sustentável.

Dentro dos resultados obtidos referentes às cadeias produtivas, a produção e a comercialização dos produtos, apresenta-se a possibilidade de agregação de valor local, com tecnologias sociais e o desenvolvimento de outras cadeias de valor complementares as da pesca, como agricultura familiar e turismo de base comunitária. Além disso, há a presença de relatos sobre o potencial para criar sinergia produtiva entre as unidades concentradas nas mesmas cadeias, onde por vezes, as realidades do processo de desembarque das produções (em portos diferentes mas relativamente próximos) são desconhecidas entre os pescadores. Observou-se esse desconhecimento gera importantes distorções nas cadeias, principalmente no que diz respeito aos valores das diferentes etapas dos processos, elementos que expressam a necessidade de aumentar o investimento em formas de compartilhamento de conhecimentos sobre novas formas de compreensão da cadeia produtiva, no automonitoramento das pescarias e da comercialização dos produtos. E fortalecendo a possibilidade de provocar nesses processos de troca de saberes, a discussão sobre a captura sustentável.

4.3 O monitoramento das atividades do extrativismo costeiro e marinho

Foram apontados que em função da falta de coleta e análise de dados estatísticos pelo estado brasileiro na maior parte do território, será necessário que cada pescador, pescadora artesanal tenha controle da sua produção, bem como consiga ter maior e melhor participação na elaboração de estratégias de ordenamento e controle dos recursos pesqueiros.

Apontando como oportuno se pensar e elaborar iniciativas que visam o fortalecimento da produção pesqueira artesanal e o monitoramento dos estoques. O monitoramento da atividade da pesca e mais precisamente o auto monitoramento associado as atividades dos pescadores e pescadoras, e que possa se somar a monitoramento de estoques, biodiversidade por órgãos públicos e instituições de estáticas e pesquisas. Ressaltaram também

a importância de priorizar a elaboração do Projeto Nacional de Monitoramento dos recursos pesqueiros a partir da utilização das ferramentas participativas.

4.4 O olhar sobre as organizações comunitárias

Durante as Rodas de Conversa e após a leitura e análise de documentos disponíveis que tratam em sua maioria de análises pontuais, ou de alguns aspectos das questões que envolvem as populações tradicionais que se relacionam com extrativismo costeiro e marinho, a necessidade de fortalecimento das organizações comunitárias em graus diferenciados, guardando as particularidades foi apontado como questão chave pelos 59 participantes das rodas de conversa, pensando fortalecimento no nível de articulação política, de formar agentes mobilizadores, capacitar em funções gerenciais dentre outras possibilidades de fortalecimento.

5 CONCLUSÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral desta pesquisa/estudo, realizar um diagnóstico sobre o extrativismo costeiro marinho brasileiro para embasar os eixos temáticos do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho. E que a presente/pesquisa estudo, aponta algumas lacunas de conhecimento nas áreas: levantamento das principais cadeias produtivas nas áreas do extrativismo costeiro e marinho, destacando a contribuição dessa produção para segurança alimentar, usos e costumes como contribuição manutenção dos ecossistemas, contribuição social e para economia local, estadual e nacional. E após análise do mapeamento das principais áreas de atuação da CONFREM, que evidenciou dificuldade de informações disponíveis para todos os territórios, trouxe informações sobre aspectos da atuação da CONFREM Brasil, do nível de implementação e dos instrumentos de gestão compartilhadas nas Reservas Extrativistas, ainda com muitos desafios a serem superados visando a consolidação das Resexs e de outros territórios costeiros e marinho.

Os resultados obtidos nas rodas de conversas, que trataram de identificar principais produtos por estado da pesca artesanal com a necessidade de priorização, que evidenciou a dificuldade desta ser feita quando a atividade da pesca artesanal se realiza de forma múltipla e complementar, a orientação foi identificar a nível de região quais cinco principais produtos/cadeias, porém é real a dificuldade de priorização pela forma de pescaria de produtos múltiplos, mas aponta também uma dificuldade estratégica de fazer priorização que possa levar a melhorar a incidência sobre as principais cadeias produtivas/produto, nos colocando o desafio de pensar priorização como possibilidade de efeitos guarda chuva ou de espécies bandeiras. Bem como apontou o Turismo de Base Comunitária como um produto a ser desenvolvido, organizado, potencializado nos territórios. Pensou a identificação das

potencialidades e das suas formas de desenvolvimento, sobre a governança/gestão; Cadeias Produtivas, Produção, Comercialização, traçou uma conexão com o monitoramento e importância do fortalecimento das organizações comunitárias. Após essa análise foi proposto que os eixos temáticos citados abaixo fossem os orientadores para a construção da programação e produção científica que constituíram o Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho.

5.1 Fortalecimento das organizações comunitárias e dos territórios protegidos de pesca artesanal

Fortalecimento do extrativismo costeiro e marinho, através do conhecimento, da importância do extrativismo e dos extrativistas costeiros e marinhos, 21 anos depois da primeira reserva extrativista e papel da CONFREM Brasil e a discussão de estratégias de consolidação das organizações comunitárias, da CONFREM a nível local, estadual e nacional.

Investir em ações governamentais ou de instituições da sociedade civil que incidem sobre o extrativismo costeiro e marinho e as comunidades tradicionais, na produção e acesso a mercados diferenciados e valorização de produtos sustentáveis. Como também no monitoramento das atividades e dos estoques, destacando a importância do auto monitoramento e do estabelecimento de parcerias; na sustentabilidades da cadeia produtiva do extrativismo costeiro e marinho; e no turismo de base comunitária como uma das ferramentas de fortalecimento e incremento da renda das comunidades extrativistas pesqueiras.

5.2 Estratégias de fortalecimento das estruturas: acordo para a governança dos territórios

Como ação prioritária foi sugerido, a ampla busca por formas de fortalecimento da gestão das unidades de uso sustentável, considerando a importância da atuação da gestão para manutenção dos Territórios Costeiros e Marinhos.

6 REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO



Imagem 5: Logomarca do Seminário

Tabela 9: Programação do Seminário

Dia 13/11/2018	Dia 14/11/2018
08h30 - Acolhida, inscrição e entrega de material	08h30 – Mística de abertura
09h30 – Mística de abertura	08h45 – Resgate do dia anterior
10h30 - Mesa de abertura	09h00 - Análise da conjuntura atual em relação aos recursos e territórios costeiro e marinho e pesqueiro no Brasil (CPP, CONFREM, FÓRUM NACIONAL CAIÇARA)
11h00 - Café com prosa	10h00 - Debate
11h30 - Apresentação da programação e dos acordos de convivência	10h30 - Café com prosa
12h30 – Almoço	11h00 - Mesa: Experiências de fortalecimento do extrativismo costeiro e marinho vividas em outros países, representantes do Equador, México, Guatemala, Honduras, Chile, Cabo Verde, Panamá e Equador
14h30 – Painel: importância do extrativismo e dos extrativistas costeiro e marinho, 21 anos da primeira reserva extrativista e papel da CONFREM BRASIL	12h30 - Almoço
16h30 – Debate	14h30 – Oficinas Temáticas
17h30 – Filme de homenagem ao Vergara	
18h00 – Encerramento	18h00 - Encerramento

Dia 15/11/2018	Dia 16/11/2018
08h00 – Mística	08h00 – Mística
09h00 – Mesa: A pesca artesanal no mundo e as diretrizes da FAO para pesca de pequena escala	08h30 – Resgate dia anterior
10h00 – Mesa: “O legado do Chico Mendes nos alcançou”	08h45 – Mesa: Gestão das UCs de Uso Sustentável e a manutenção dos territórios.
13h00 – Almoço	11h00 – Trabalho de Grupos (início)
14h30 – Passeio por Belém	12h30 - Almoço
Noite – Jantar e momento de homenagem a Sr. Aristides fundador da Resex Pirajubaé e outros parceiros da luta e da vida dos extrativistas costeiros e marinho.	14h00 – Apresentação da sistematização sobre o extrativismo costeiro e marinho e os pontos a serem aprofundados no Seminário Trabalhos de Grupos (continuidade)
	15h00 – Grupos de Trabalho
	Jantar e noite livre
Jantar e noite livre com Carimbó/Amigos das Resexs	Jantar coletivo com Sabores Saberes das Marés de todos o litoral brasileiro
Dia 17/11/2018	Dia 18/11/2018
Das 09h00 – 17h00 - Planejamento por região/estado (continuidade dos Grupos de Trabalhos)	Assembléia dos extrativistas CONFREM BRASIL

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros, a partir do folder da CONFREM Brasil

A mesa de abertura foi precedida de dinâmica cantando o Pai nosso dos Mártires (Zé Vicente), com cada estado se colocando na disposição da construção coletiva e reafirmando seus compromissos com a vida em abundância, saudando aos povos costeiros e marinhos e ao extrativismo dos seus territórios. A mesa foi composta pelo Sr. Claudio Maretti (ICMBio), Sandra Gonçalves (Coordenação CONFREM/Resex PA), Zezé Pacheco (CPP), Ivanildo Brilhante (CNS), Adriana Lima (Coordenação Fórum Nacional Caiçara), Claudio Nunes (MOPEAR/MPP), Julian Medina (CONFEPESCAR – Conferación de Pesca y Acuicultura del Caribe Colombiano, representando os participantes de outros países) e Carlos Alberto Pinto (Coordenador Geral CONFREM Brasil).



Imagem 6: Mesa de abertura

O Coordenador Geral da CONFREM, Sr. Carlos Alberto Pinto, fez uma fala de agradecimento aos parceiros que apoiaram, com várias formas de apoio, para realização do Seminário, tais como: Projeto TerraMar, RARE, MMA, ICMBio, Museu Emilio Goeldi, Habitat Geo, SEDAP/PA, IPAM, CI, GEDMA-UFMA, Bolsitas Resexs Canavieiras e CNPT/ICMBio, colaboradora Resex Arraial do Cabo, a facilitação gráfica, equipe de relatores, moderador, a coordenadora geral do Seminário, Katia Barros, aos coordenadores Marcelo Ferreira e Gutemberg Lima pela organização, a toda coordenação da CONFREM Brasil e a todas e todos os envolvidos na preparação e aos quase 200 extrativistas que vieram para construção coletiva do nosso Seminário, por fim falou que pela memória do Mestre Vergara Filho, a luta continua.

6.1 Painel: importância do extrativismo e dos extrativistas costeiro e marinho, 21 anos da primeira Resex e papel da CONFREM

6.1.1 História e papel da CONFREM- Carlinhos (Resex Canavieiras- BA/ coordenador geral da CONFREM)

O membro descreveu os momentos de articulação da CONFREM Brasil de 2009 até 2018, destacando em que 2014, a CONFREM optou por ser uma articulação de extrativistas costeiros e marinhos, de outros territórios e de outras unidades de conservação e não somente mais das Resexs. Sobre a participação na gestão das áreas marinhas e costeiras protegidas (AMPS), pontuou que houve grandes avanços no processo de organização da participação qualificada das lideranças; valorização do protagonismo das comunidades locais; maior autonomia das organizações comunitárias para a gestão; fortalecimento os espaços de decisão e participação das comunidades locais das AMPS.

Abordou as ações de incidência e articulação política, citando a participação e espaços de decisão a nível nacional e internacional; os atos em defesa dos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais; a participação das mulheres na Marcha das Margaridas; e a luta contra os decretos 8425 e 8424 que transformaria as pescadoras em “trabalho assessorio” da pesca. E as ocupações e atos Ministério da Pesca 2015 e 2017 MPOG que resultou na articulação com a Defensoria Pública da União, tornando válida todas as carteiras de pescadores que estavam suspensas sem justificativa; assim como a obtenção de defeso retroativo. Destacou ainda a participação da CONFREM Brasil na elaboração do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE) e na

Comissão das Reservas Extrativistas Federais (CONAREX), ambas em instâncias nacional de discussão de políticas públicas para comunidades extrativistas em Resex.

Finalizando, ressaltou as metas da CONFREM BRASIL: priorizar ações coletivas nos territórios tradicionais; melhorar os mecanismos de governança e participação social a nível nacional, regional e local; melhorar a conectividade com outras estratégias conjuntas de garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais a nível local, nacional e internacional; reafirmar a importância sociocultural do ambiente para as comunidades tradicionais e seu papel na conservação e como gestoras das AMPS; priorizar a criação de Novas RESEX e RDS para garantir a proteção dos territórios e comunidades tradicionais Extrativista Costeira e Marinha

6.1.2 Participação da CONFREM nas Políticas públicas e a importância do Conselho Nacional de comunidades e povos tradicionais

Célia Regina (Resex Mãe Grande Curuçá – PA/ CONFREM Brasil).

A participante iniciou ressaltando o reconhecimento identitário enquanto povos e comunidades tradicionais, uma das nossas razões de luta da CONFREM, das reservas extrativistas. Falou da visibilidade desses povos, depois de séculos estando a margem de um estado que não os reconhece. Destaca a vida dos pescadores na qual quem faz os horários é a lua, é ela quem dita o tempo, e destaca a importância do estado reconhecer isso. Frisando que no âmbito das lutas conjuntas, a CONFREM Brasil passou a compor o CNPCT (Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais) e conseguiu inserir o segmento específico dos extrativistas costeiros e marinho, como mais um segmento de representação dos povos e comunidades tradicionais.

Falou da importância do CNPCT, que recentemente tomou posse como Conselho, sendo os extrativistas costeiros e marinhos o quarto maior segmento dentro do Conselho, e lembrou a importância desse espaço de discussão e as conquistas de políticas de equidade social tais como: saúde das populações do campo, das florestas e das águas; política das mulheres contra as violências. Ressaltando que para tanto é necessário buscar alianças com os demais movimentos e segmentos visando o fortalecimento. Afirmou que os extrativistas costeiros e marinhos são reis e rainhas dessa fábrica de alimento (marés, rios e manguezais), são responsáveis pela soberania alimentar.

6.1.3 Cooperativismo

Zé Carlos (Resex Arapiranga Tromaí-MA/Presidente da COOPEC – CONFREM Maranhão).

Relatou sobre a articulação da produção nos territórios a partir da organização da produção e venda. A COOPEC funciona há 19 anos no município de Carutapera no estado do Maranhão, trabalhando a produção pesqueira, onde 22 famílias organizadas destinam sua produção para a venda na capital do estado, com ganhos no preço, na qualidade do produto e instigando o debate para os demais pescadores sobre a importância de se discutir a produção.

Mencionou a importância de participar dos espaços de poder que temos nos municípios, nos estados, a fim de buscar melhorias para nosso segmento dos extrativistas costeiros e marinho. Atualmente, é vereador no seu segundo mandato, no município de Carutapera no Maranhão, pautando a pesca e meio ambiente como uma política do dia a dia.

6.1.4 Projeto GEFMar e O subcomponente, integração com as comunidades na região Sul

Maria Aparecida Ferreira - (APA Baleia Franca/CONFREM Santa Catarina).

Iniciou sua “fala” dizendo que o subcomponente Integração com as comunidades do Projeto GEFMar, foi uma conquista da CONFREM Brasil, em diálogo com a coordenação do Projeto Gef Mar e com o Banco Mundial, sendo esse subcomponente de ações de Integração com a comunidade. Destacando que na região Sul, foi desenvolvido (em especial no entorno da Revis Ilha dos Lobos e na APA da Baleia Franca) com apoio CNPT Base Santa Catarina, onde também houve um trabalho de fortalecimento comunitário e da pesca artesanal. Ressaltou a importância de eventos como este para o desenvolvimento dos territórios, e citou que houveram várias reuniões e oficinas locais por polos, e duas oficinas regionais, com apoio dos gestores das UCs que são do ICMBio. E na semana que antecedeu o Seminário houve o primeiro Seminário Regional Sul de Integração com as comunidades, onde foram 3 dias de debates sobre UC, CONFREM e o papel do ICMBio, com mais de 40 lideranças e com a participação de coordenadores regionais e nacionais da CONFREM Brasil.

Destacou ainda, a importância desse subcomponente para articulação e mobilização dos pescadores e pescadoras nessa região, aonde tem uma única Resex

decretada (RESEX Pirajubaé), e duas áreas mobilizadas pela criação de outras duas Resexs Farol de Santa Marta Grande e Imbituba-Garopaba.

6.1.5 Rastreabilidade e produção

Chico Pescador (Consórcio Ambiental Lagos São João/Comitê de Bacia pela Lagoa de Araruama CONFREM Brasil).

Ponderou sobre a importância da construção compartilhada e da união, ampliando as forças para conquistar mais direitos. E lembrou que é preciso compreender o processo de produção para poder vender nosso pescado diretamente ao consumidor final. Falou também sobre o selo desenvolvido junto à Conservação Internacional (CI), selo este que segundo a expositora, agregou três vezes mais o valor do preço da tainha pescada na lagoa. Devido a rastreabilidade, é possível identificar a origem onde o peixe é pescado com peixes frescos sendo entregues ao cliente, que é informado assim que os peixes chegam. Fez um breve histórico sobre a experiência, comentando que começaram com 3 pescadores com certa resistência, e depois de 9 meses já são 21 pescadores, e estão se beneficiando no sentido de melhorar suas práticas, de aprender novas formas de como gelar na hora, destacou que a criação do selo de origem de unidade de conservação, que precisa avançar dentro do ICMBio, também agrega valor.

Expôs sobre ordenamento pesqueiro, na lagoa de Araruama, o estoque de tainha tinha sido depredado. Os pescadores organizados discutiram, e propuseram junto a Secretaria de Meio Ambiente a criação de uma Instrução Normativa que trata do ordenamento da pesca, bem como participou ativamente da discussão do formato de uma fiscalização participativa entre estado e população de caráter preventivo, educativo, o que em dois anos mudou a cabeça das pessoas sobre período de defeso, ordenamento e fiscalização. Colocou que o renda média dos pescadores da lagoa que era de R\$ 970,00 foi para R\$ 1.700,00, com apenas a venda de 8% da produção. E que estão articulando para que as grandes redes de mercado comprem 40% da produção.

6.1.6 Auto-sustentação das associações e CONFREM

Zé Carlos Navalha (Resex Gurupi Piriá-PA /COMFREM/Brasil).

Iniciou a fala colocando que toda construção começa com alicerce, e o alicerce é a base, e que base é a grande rede. Falou de duas experiências importantes a partir do Projeto Pesca para Sempre apoiado pela RARE, que definiu o caranguejo como principal produto a ser trabalhado. Atuando na capacitação caranguejeiros, a partir do intercâmbio com a experiência

vivida na RESEX São João da Ponta (PA) e através da colaboração da liderança João Lima, capacitando outros caranguejeiros, contribuindo com o aperfeiçoamento do manuseio e com técnicas de transporte em basquetas.

Destacou que o decreto de criação de uma Resex, demanda a criação da Associação Mãe, dos Conselhos Comunitários, de capacitação do Conselho Deliberativo e das Associações que possibilitaram conquistas e articulação com parceiros. Precisamos nos empoderar para atuar e cuidar dos nossos espaços de decisão e fortalecer a CONFREM nacionalmente.

6.1.7 Rede de mulheres

Mônica Correia (Resex Canavieiras-BA / Rede de Mulheres Extrativistas da Bahia/CONFREM-Bahia).

Relatou sobre a importância da mulher na cadeia pesqueira e a conciliação com sua tripla jornada, que ainda inclui a participação em eventos e a busca pela qualificação. Ressaltou que a organização da Rede de Mulheres se faz necessária para o fortalecimento da luta das mulheres. Falou sobre a organização da CONFREM nas unidades e a nível estadual e nacional, e sobre a importância da CONFREM para a discussão e valorização da mulher dentro dos territórios tradicionais.

Descreveu ainda que a rede de mulheres extrativistas da Bahia tem se articulado desde 2009, já tendo realizado encontros e várias oficinas, coordenando o Banco Comunitário AMOEX, com o objetivo empoderar as mulheres extrativistas e assim fortalece-las em suas múltiplas e diversas lutas cotidianas.

6.1.8 Juventude extrativista na zona costeira e marinha

Ivanildo Santos – (Resex Maracanã –PA/ CONFREM Pará).

Discorreu sobre iniciativas dos vários encontros de jovens nas Resexs, apresentando um relato de experiência sobre um encontro de jovens protagonistas, realizado especificamente no Estado do Pará, que há quatro anos vem acontecendo, inspirado no legado de Chico Mendes, intitulado “pescando lideranças”. Frisou que os encontros tem sido motivado pelo objetivo de inspirar os jovens a se reconhecerem como lideranças, como pescadores artesanais, assumindo responsabilidades e atribuições nas associações. E destacou a importância da união e fortalecimento da força jovem dentro das comunidades tradicionais.

6.1.9 Questões que emergiram a partir das exposições dos colaboradores

O debate trouxe questões como a importância da realização de seminários como esse enquanto espaço de discussão, tirar dúvidas, questionar, conhecer mais as experiências nos territórios dos companheiros. É preciso questionar e compartilhar o conhecimento, isso é fortalecer o movimento. Além disso, o debate evidenciou o histórico de luta da CONFREM como um dos grandes acontecimentos na organização dos pescadoras e pescadoras das Reservas Extrativistas e APAs; frisando que é preciso assumir como responsabilidade de todos o apoio aos jovens e mulheres, e que deve ser uma meta da CONFREM Brasil, para o próximo período fortalecer as instâncias de jovens e mulheres nos nossos territórios; sobressaíram-se também falas que mencionavam a importância de discutir o Projeto de Lei 3068/2015 que quer recategorizar a Resex de Canavieiras para a APA, a partir da pressão dos carnicultores e trouxe também a importância dos intercâmbios, seminários, redes sociais, estreitando laços e conhecendo uma realidade da outra, para continuar se fortalecendo.

Notou-se que na maioria das comunidades na APA CIP (SP), as cadeias produtivas são voltadas para o atravessador, não há iniciativas de valorização da cadeia, de rastreamento e monitoramento das pescarias e da produção. Com relação às APAs, é relatado um desconforto por não terem avançado sobre o decreto de regulamentação das APAs, que pode ser um caminho interessante, tratar as populações tradicionais dentro de APAs como “mini-resexes”, tal como acontece nas florestas nacionais da Amazônia. Colocou-se também que o TBC é ótima oportunidade de crescimento dos territórios extrativistas e pesqueiros. E para o desenvolvimento de campos como o do turismo, é necessário, que aconteça uma adequada gestão da pesca, sabendo os estoques, valores e informações gerais, essas são linhas mestras para uma atuação futura. Foi relatado ainda há necessidade de melhores informações sobre os Sítios Ramsar, com mais informações sobre a governança nesses territórios, sobre a gestão compartilhada. E um elemento muito pontuado foi a importância de reconhecer as populações tradicionais como detentoras de saberes não valorizados socialmente mas que podem contribuir para os diversos níveis de educação.

Quanto aos informes durante o debate foi informado que os mangues do Amapá ao Delta do Piauí foram reconhecidos mundialmente por uma convenção internacional, tornou-se Sítio Ramsar, denominado, Sítio Ramsar dos Manguezais Amazônicos, Haverá em Lima, Peru o Congresso latino-americano de áreas protegidas, em outubro de 2019.

6.1.10 Moções de repúdio e carta reivindicação sugeridos durante o debate

- ✓ Moção de repúdio à nota técnica que coloca necessidade de rever a questão da linha náutica na área marinha, dando prioridade a pesca artesanal, podendo exercer a atividade em até uma milha náutica (responsável pela elaboração, Zé Mário – APA CIP-SP).
- ✓ Moção de repúdio à proibição na Portaria 445 da pesca do bagre banco, onde nem os técnicos conseguem diferenciar essa espécie dos demais bagres, colocando muitos pescadores numa condição de infração de leis. (responsável pela elaboração, Zé Mário – APA CIP - SP).
- ✓ Carta propositiva, proposta de que fosse formado um grupo de trabalho permanente, para discutir a proposta de ampliação do parque de Abrolhos e criar uma moção, reivindicando que ao invés de ampliar o parque, seja ampliada a Resex. O parque tem penalizado os pescadores e a pesca (responsável pela elaboração Jorge Birindiba – Resex Cassurubá - BA).
- ✓ Foi solicitado que a CONFREM reivindique a entrada da Resex Acaú-goiania, a entrada no Projeto GEFMAR, o que permitirá apoio financeiro para implementação dos instrumentos de gestão.

6.2 Mesa de análise da conjuntura atual em relação aos recursos e territórios costeiro e marinho e pesqueiro no Brasil

Maria José Pacecho – CPP, Adriana Lima – Fórum Nacional Caiçara e Beto do Taim (Resex Tauá Mirim- Em processo de criação/CONFREM Brasil)

Maria José Pacheco (CPP Nacional)

Propôs fazer a análise de conjuntura na perspectiva da pesca e territorial, mas amplia considerando a questão política. Relembra que o Brasil é constituído a partir de uma invasão que desconhece os povos originais que ali se encontram. Essa invasão utiliza como ferramentas o racismo e a degradação ambiental. Os povos e natureza são vistos como recursos a conquistas. Também concentra o domínio, por meio da violência e do patriarcado. Utiliza-se amplamente a violência. O escravismo, para atender a produção, marcou a história do povo brasileiro.

Citou outro elemento para pensar a conjuntura é a organização mundial a partir do capitalismo, que põe de um lado os “donos” da riqueza e de outro a força de trabalho.

Grandes empresários dominam o Estado, a religião e, a partir disso, controlam a riqueza. Em um momento da história em que houve o “socialismo real” foi combatido pelo capitalismo, por meio da construção do Estado de Bem-Estar Social. Assim o Estado cria políticas que garantem, em certa medida, direitos aos trabalhadores. Após a queda do muro de Berlim e ruína do “socialismo real” se fortalece a perspectiva do neoliberalismo e a defesa do Estado Mínimo. O Brasil aderiu a esse projeto, com Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, onde se realiza a total financeirização da economia. Os direitos e a vida das pessoas não valem nada. Exemplo é o risco Brasil, que foi o argumento para congelar por 20 anos os recursos públicos (PEC dos Gastos), incidindo diretamente na seguridade social. A direita se amplia no mundo e no Brasil, reformas como a trabalhista colocam o trabalhador em desvantagem frente ao empregador. Países como a Grécia fizeram resistência, mas foram pressionados pelas grandes nações capitalista para a retirada dos direitos.

Colocou que o Partido dos Trabalhadores, para garantir a governabilidade se juntou com a “raposa”, por isso levou a “facada”. Mesmo os governos populares apresentam contradições pois teve que se aliar ao grande capital, mesmo que com conquistas para as classes mais pobres (exemplo, acesso à universidade para os povos indígenas e negra). Por outro lado assume a produção de *commodities* e mineral para a exportação. Antes das eleições de 2018 já houve o Golpe que impediu a “presidente Dilma”. A sociedade brasileira explicitou o campo de tensões entre os ricos e os pobres, a violência contra a população negra, o feminicídio. Dentro do Golpe, destaca-se o papel da Lava-Jato que foi utilizado principalmente para garantir a exploração do pré-sal pelos Estados Unidos da América. A eleição de 2018 expõe o ápice dessas mazelas, onde grande parte da população adere ao discurso do ódio, da redução de direitos da população pobre, etc.

Adriana Lima (Fórum Nacional Caiçara/CONFREM Brasil)

Trouxe algumas questões que considerou ser parte dia-a-dia para complementar o debate. Ressaltou que o processo de colonização expropria os territórios tradicionais, que são de interesse do colonizador, que esse processo se mantém até hoje. Destacou que as unidades de conservação estão sendo concessionadas por empresas (a comunidade chama de privatização).

Destacou a questão que é importante falar, é que comunidades tradicionais, com exceção de indígenas e quilombolas – que tem o marco legal – não tinham o reconhecimento do território. Porém o Decreto 6040 dá essa visibilidade indicando cada seguimento. Entente

que esse decreto está ameaçado na conjuntura atual, em que o governo eleito tem na composição dos ministérios pessoas que buscam revogar o referido decreto.

Discorreu sobre a necessidade das políticas para as comunidades devem ser mantidas, mas como garantir esses direitos presentes no decreto 6040 na convecção 169 da OIT e outras normativas? O medo perpassa as comunidades tradicionais que são continuamente atacadas, inclusive pela campanha eleitoral. Contudo, na conjuntura atual temos que pensar em outras formas de comunicação, pois as ofensivas devem se intensas. Ressalta-se que o ataque às populações tradicional pode não ser explícito, mas a violência pode vir justamente das pessoas que se identificam com as propostas que o atual governo incitou.

Beto do Taim (CONFREM Brasil)

Considerou necessário retomar o contexto vivido no Brasil, no passado, que parece que irá retornar em decorrência de um contexto complexo, que se realiza a partir da deposição do Governo Dilma. Ressalta que ainda no Brasil Colônia, a instituição das colônias de pescadores inicia um ciclo de controle e opressão da pesca e dos pescadores do Brasil. Enaltece que a maior parte das colônias de pescadores do Brasil recebeu o nome de militares, mantendo o processo de dominação inclusive na memória.

Retoma que tratados internacionais viabilizam que outros países avancem sobre o mar territorial do Brasil (200 milhas náuticas), com o argumento de que não exploram de forma eficiente o recurso. Relata que próprio país passa a investir em infraestruturas para o avanço das empresas de pesca de todo o Brasil. Esse contexto está presente na própria instituição desde a SUDEPE. Sobre as colônias de pescadores, contextos complexos se expõe de disputa política entre colônias, e mais precisamente nas confederações de pescadores. Nos anos 1990 há uma efervescência em reação às colônias, e por meio de mobilização foi criado o MONAPE. O problema maior foi que o movimento se preocupou mais com o a estrutura, e menos com o desenvolvimento do setor. Por consequência governos de estado, como o do Maranhão, absorvem os recursos que seriam destinados à pesca. Na sequência os conflitos também se expressam com as Unidades de Conservação de proteção integral, que pela sua estrutura pode ser terceirizada para vários fins (isso é dificultado com as RESEX e outras unidades de uso sustentável).

6.2.1 Questões que emergiram a partir das exposições dos colaboradores da mesa

O debate trouxe questões como o papel dos movimentos sociais na discussão de pautas políticas importantes que afetam o cotidiano das comunidades tradicionais. Associou-se que a ausência dos movimentos sociais acabou permitindo o avanço da direita política partidária no cenário nacional. Ponderou-se que mais jovens que não vivenciaram a ditadura têm uma visão mais limitada. Foi colocado que ainda no governo de esquerda os pescadores foram penalizados com decretos 8.424 e 8.425. Reforçou-se a necessidade que CONFREM intensificar os trabalhos de bases, estimulando o senso crítico do trabalhador, para que este não seja manipulado por informações errôneas. Sem esquecer que governo é passageiro, que política de governo é diferente de política de Estado. Tendo a assembleia como soberana, tem se garantido o registro de candidatura frente a aqueles que querem se manter no poder. O governo do PT, apesar de decisões como os decretos 8424 e 8425, criou políticas que deram direitos aos pescadores. Destaque da transição do Governo Lula, para o Governo Dilma havia uma tendência de progresso em ganhos sociais, que se fortaleceria com a autossuficiência. Então houve a necessidade da oposição de bloquear esse processo, com estratégias de manipulação da população. A perspectiva é de uma ditadura, que foi legitimada pela população nas eleições. Temos que pensar nas estratégias de enfrentamento.

Alerta da constituição estar ameaçada, assim como os direitos das populações tradicionais. Ressaltando a necessidade de estratégias de resistência à violência contra as lideranças (o que já vem sendo realizado nas instituições públicas). Entendimento que o governo eleito irá combater os movimentos sociais e povos tradicionais. Ressalta que a mobilização dos pescadores, sem apoio do Estado, conseguiu dar continuidade na construção da Resex, com apoio de Ongs e parceiros. Deve se esperar em janeiro uma investida contra os movimentos sociais, sobretudo MST e MTST. Ressaltou-se que há uma necessidade de preparação para repudiar a criminalização dos movimentos sociais.

Foi colocado o desafio de preparar as populações tradicionais, através da valorização da educação popular baseada na oralidade e nos múltiplos saberes.

Foi proposto que as organizações peguem o relatório do seminário e somem com os dos outros momentos para a construção de um plano estratégico. Considerando a necessidade de estratégias de manutenção dos espaços de discussão, a manutenção do povo em áreas protegidas e o enfrentamento do medo que estará presente em diversos espaços de resistência. Assim, faz-se necessário um plano estratégico. Destacou-se o fato dos mestres de

barco terem que chamar outros mestres mais novos, para segurar o leme e sobre a ausência de preparo dos jovens para a continuidade das atividades e da luta.

Pedido de socorro pela restinga, SOS Resex Arraial do Cabo no Rio de Janeiro, que está sendo degradada pela especulação imobiliária. O pescador está sofrendo violência e sendo impedido de manter a sua profissão.

Foram levantadas algumas considerações sobre o sistema de colônias, que é engessado, mas também foram apresentadas propostas e ações da CONFREM Brasil no intuito de modifica-lo. E da importância da co-gestão, da avaliação das parcerias, sendo que muitas delas como o S.O.S. Mata Atlântica, se empenharam na construção de unidades de proteção integral, como o exemplo do que ocorreu em São Paulo e que tem impedido o acesso dos pescadores e pescadoras as seus territórios tradicionais.

6.2.2 Considerações finais da mesa

Maria José Pacheco (CPP):

Respondeu às questões colocadas no debate, apresentando a possibilidade de reconstruir a esquerda, buscar a unidade entre partidos e movimentos sociais. Bem como perceber o quadro da realidade social brasileira, que não é um quadro simples. E reconheceu que parte das comunidades tradicionais fizeram uma oposição crítica aos governos do PT, e ponderou que poderiam ter lutado mais por mudanças estruturais. Apesar de que todas as vezes que foi necessário reafirmar a da defesa da democracia, as comunidades estavam presentes. Comentou sobre a possível e provável implementação de um Estado Autoritário, onde as *fakenews* continuam sendo amplamente divulgadas e há a defesa de ideias neoliberais. E concordou que diante desse cenário, as comunidades precisam buscar mecanismos de autoproteção, proteção coletiva, retomar o trabalho de base e a articulação comunitária.

Discutiu de forma breve o anuncio de que a pesca passará a ser responsabilidade do Ministério da Aquicultura, que obviamente privilegia a aquicultura. E relatou sobre o fato da própria ministra ter solicitado a revogação do Decreto 6040, que institui a Política de Povos e Comunidades Tradicionais. Esclareceu ainda que por lei, as colônias de pescadores são autônomas, proibindo a intervenção de confederações e governos. Encerrou sua fala, colocando que “Não podemos soltar as mãos na conjuntura atual”.

Adriana Lima (Fórum Nacional Caiçara)

Pontuou que se faz necessário a autocrítica ao governo e a atuação da CONFREM Brasil. Nós somos a base, e que apesar de já estarmos atuando, temos que intensificar nossas forças. Reafirmando que somos muitos e que temos que formar redes entre povos tradicionais para nos fortalecer. Diante da retirada de direitos de indígenas e quilombolas, temos que nos juntar a eles para a manutenção dos direitos. Nos preocupa muito a atuação de determinadas ONGS que em determinadas regiões dão apoio as comunidades e em outras regiões participam do massacre às populações tradicionais.

Beto do Taim (CONFREM Brasil)

Falou sobre a pouca reação e como foi aberto espaço para o avanço da direita. Reafirmou que é preciso discutir religião sim, que temos que discutir e entender economia para fazer oposição. O cooperativismo é uma alternativa, mas deve-se cuidar com os pelegos que foram responsáveis pela destruição do cooperativismo. E que precisamos focar na juventude e dar as mãos aos demais movimentos sociais. E discutir a legitimidade das eleições, onde a maioria não votou no presidente eleito.

6.3 Mesa sobre gestão das UCs de uso sustentável e a importância para manutenção dos territórios costeiros e marinhos

Leonardo Pacheco – Gerente de Projetos/ DEX- MMA e Claudio Marretti – Diretor DISAT ICMBio

Leonardo Pacheco – Gerente de Projetos/ DEX- MMA

Apontou a necessidade de garantir espaços como a Comissão Nacional das Reservas Extrativistas - CONAREX, que foi estabelecido em abril desse ano, a partir de uma demanda que foi apresentada ao MMA pela CNS e pela CONFREM, instância que tem uma série de atribuições, dentre elas destaca-se o prazo de 120 dias para a construção de uma proposta de regulamentação das Resex, uma demanda antiga que foi retomada agora. Informou que a CONAREX é composta pelo MMA (2 cadeiras), ICMBio (5 cadeiras) e 8 cadeiras das organizações das populações tradicionais (4 CONFREM e 4 CNS).

Claudio Maretti – Diretor DISAT/ICMBio

Organizou sua apresentação em quatro pontos:

- Primeiro ponto: defasagem de servidores

O ICMBio, com oscilações, ainda se mantém, mas trabalha com 10 por cento da capacidade necessária e tem em torno de 1.700 servidores e, nesse sentido, há momentos nos

quais os colegas do pra mais uma vez fui atacado por colegas dizendo que temos DAS/ cargos comissionados demais. Cerca de 1/3 das Unidades de Conservação não tem servidor nenhum, não é só chefe. Se a gente juntar zero, um e dois (servidores) chegamos a cerca 2/3 das UCs.

- Segundo ponto: Parecer

Falou sobre o modelo que tem para trabalhar no ICMBio, que ele chama de Conservação Colaborativa, que é com muita parceria, não é privatizar, nem desobrigar, é entender que hoje, nesse contexto o estado sozinho não dá conta. Precisamos de parceria de todo tipo, e a CONFREM é um dos exemplo mais claro de parceria. Colocou que fez um levantamento com os colegas do ICMBio e em 2017 nós assinamos 50 acordos de parceria. Se formos ver de forma mais ampla, nós temos parcerias com cerca de 8.500 conselheiros, que são de fato nossos parceiros em um contexto mais amplo. São cerca de 70 mil famílias sem contar as APAs e as UCs de proteção integral. Estima-se que só na zona costeira estão 40 mil dessas 70, mais 50 mil nas APAs. Ressaltou que isso é parceria, mas precisamos de muito mais, concessões, contratações, terceirizações, voluntariado e tudo isso nós estamos fazendo, sem perder de vista as dificuldades.

- Terceiro ponto: Gestão Compartilhada

Colocou que nos três anos que está no ICMBio, incentivou e promoveu ações para trabalhar pela gestão compartilhada com a CONFREM e com o CNS. Atualmente tem uma proposta de decreto que regulamenta as Reservas Extrativistas, e que ficou muito feliz de ouvir da CONFREM que a luta por esse decreto vai continuar. Citou que é possível fazer mais do que só esperar esse decreto, a gestão compartilhada com os extrativistas significa ir além do Conselho Gestor que é deliberativo nas Resexs. Significa ir além de terem autonomia e necessidade de muitas vezes conseguirem apoio do ICMBio para o uso dos recursos naturais. Significa os extrativistas se capacitarem para poder fazer a parte gerencial, para poder se relacionar com quem gerencia as necessidades de pesquisa das UCs. Significa terem terem espaço no gerenciamento e administração das UCs.

Citou que após dois anos de diálogo com a CONFREM e CNS, junto com o MMA, é ver o que juntos se consegue colocar de mais responsabilidade e de transferência de meios no CCDRU. Outra necessidade é o Programa de Capacitação Conjunta, que discutimos ontem com a coordenação da CONFREM. Alguns de vocês estiveram na ACADEBIO recentemente, no curso sobre Políticas Públicas para a Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais, que contou com menos de 1/3 dos representantes de populações

tradicionais. Colocou que é necessário aumentar isso e precisa ser capacitação mútua. É necessário aprender com a CONFREM desde o conhecimento sobre os recursos naturais, até a forma de relacionamento com vocês.

- Quarto Ponto: Turismo de Base Comunitária

Iniciou falando que existem 3 formas de fazer o TBC – a primeira delas é as comunidades receberem gente de forma individual, ou de forma coletiva e organizada, e, tem alguns casos que nós temos que intervir porque tem problemas a resolver. A segunda forma os extrativistas fazerem contratos, processos de parcerias entre os extrativistas mesmo, onde o ICMBio dá o respaldo através de contratos de cooperação, e o terceiro, é transferir para o estado, que entende que é o pior modo, como no caso de Rio Unini, pois é impossível o ICMBio repassar o recurso de volta para a comunidade. O ideal seria que houvessem Planos de Uso público e visitação acordados nos conselhos deliberativos, vinculados aos Planos de Manejo, acordos de cooperação conosco e processos coletivos de decisão e de regulação dessa atividade. Um caso que está em discussão sobre como gerar um fundo com a receita das autorizações para reinvestir no apoio a pesca. Sendo fundamental é que se tenha um acordo coletivo que possam garantir as estruturas que beneficiem coletivamente.

Outros aspectos foram levantados sobre o ICMBio e a discussão da regulamentação da pesca. Reconhecendo que até dois anos atrás o ICMBio não admitia a responsabilidade de gerir a pesca dentro da UC. Através da provocação e diálogo com a CONFREM Brasil, houveram grandes avanços e foi informado que já está em elaboração uma proposta a qual há tentativa de aprovar como instrução normativa do ICMBio, até o fim do ano. Fala que a gestão e gerenciamento pesqueiro nas UCs federais é obrigação do ICMBio. Infelizmente o avanço nas APAs é muito menos, mas pelo menos atualmente há foco a necessidade de estar trabalhando com as populações tradicionais nesses casos. A pesca industrial ainda é uma necessidade para se trabalhar. Todo o trabalho feito fazendo vem sendo discutido a CONFREM, para ser feito de forma compartilhada. O monitoramento da biodiversidade precisa ser muito mais aprofundado, principalmente as espécies em extinção que tem interesse comercial e social pelas populações tradicionais, o monitoramento nesses casos deve ser participativo.

6.3.1 Questões que emergiram a partir das exposições dos colaboradores da mesa

Durante o debate os participantes apontaram algumas questões relacionadas aos temas abaixo descritos:

- Gestão/Recursos

As UCs têm muitas dificuldades para fazer a gestão com poucos recursos ou poucos servidores, por diversas situações, como as leis e diretrizes para aplicação dos recursos. Muitas vezes o recurso é devolvido. ICMBio e a gente pode fazer para gerir e implantar esses recursos para que não retornem e não sofram diminuição do valor, uma vez que a devolução acarreta um corte. Foi levantada a necessidade de solicitar formalmente ao ICMBio ajuda na implementação dos Planos de Manejos e estruturar as Resexs.

- Atuação e capacitação dos gestores pelos extrativistas

As dificuldades de ser gestor e trabalhar nessas unidades, mas que há sempre um esforço dos analistas para atuar em todas as demandas das unidades. A troca de gestores pela não adequação com a realidade local, considerou, portanto, a necessidade de capacitação dos gestores na realidade da UC e com os próprios locais.

- Acesso às políticas públicas

Para acessar qualquer financiamento tem que ter DAP e gostaríamos que o ICMBio fornecesse a DAP.

- Conselho Deliberativo e seu papel nas Resex

Ressaltaram que os Conselhos Deliberativos, existem, mas não conseguem resolver problemas de fiscalização, carcinicultura, desmatamento da ilha, compra de terras dentro da unidade, e a população está sendo expulsa. Destacam que há dificuldades de mapeamento das áreas, deixando vários pescadores sem-terra para morar. Afirmaram se sentirem mais confortáveis quando era o Ibama, pois era só chamar o órgão que eles resolviam.

- Gestão compartilhada

A questão da gestão compartilhada, para nós, extrativistas, é uma meta fundamental, passamos por um processo de estruturação e avaliação dos nossos conselhos e papel das comunidades nas gestões, avançamos para o próximo passo que nos coloca o desafio de gerirmos nosso território, sonhamos com a autonomia total do nosso território. Falta clareza e orientações que subsidiam a cogestão. O chefe de Resex funciona, por vezes, como um prefeito, que reafirma suas vontades, porém as comunidades têm memória histórica. A capacidade crítica das comunidades avaliarem e gerirem seu território ameaça o estado, e isso incomoda. Errar, é bem provável que erraremos, mas faz parte do processo. Em Canavieiras estamos no nosso 8º chefe em 12 anos, aprendemos a planejar independente do

ICMBio. Gerir tem custo e esse custo não deve ser das comunidades, elas já prestam um serviço a toda sociedade. É preciso sim repassar recursos para a gestão comunitária do território.

6.4 Painel sobre a pesca artesanal em outros países: transcrição das fala

(PANAMÁ, COLÔMBIA, CHILE, EQUADOR E GUATEMALA)

Tradução: Regina Oliveira – Museu Emilio Goeldi

Ricardo Andres Serrut Machazek (Panamá): UNION DE PESCADORES ARTESANALES DE BOCA DEL TORO – UPESABU

“Venho da região de Caribe muito bonita, com uma associação pesqueira iniciamos em 1998. Há 20 anos, nós estamos afetados por muitas coisas, uma das questões era a de o pescador comercializar diretamente seu produto e ao final do ano receber um abono por esse trabalho feito. Em um mês produzíamos 100 mil libras, mas isso foi sendo barrado, devido a poluição por agroquímicos. Temos lugares de pesca tradicional que devido ao aquecimento global nos afetou diretamente, ocasionando muitas mortes de peixes. Também sofremos ações do narcotráfico, os piratas que atacam as embarcações pesqueiras; o turismo, pois as áreas de pesca são áreas de turismo e o pescador é tido como mal para o turismo. Com tudo isso, temos que crescer mentalmente para poder sobreviver. Junho, julho e agosto existem correntes muito fortes e o pescador decide por caçar tartaruga nesse período. Dedicamo-nos a elaboração de projetos para a pesca. Todos os anos tentamos trazer projetos novos para trazer benefícios novos aos pescadores, nas épocas que não se podemos pescar. Elaboramos alguns projetos de conservação dos manguezais. Uma jornada de pesca custa ‘tanto’ que exige um grande esforço de trabalho para o pescador custear a jornada de trabalho. Hoje em dia estamos produzindo em bases flutuantes. Nossas ações vêm de 20 anos pra hoje. Nós sentimos na própria pele, nós passamos fome. Graças a Deus tivemos a missão de buscar organismos internacionais para financiar nossos projetos.” (Ricardo Andres Serrut Machazek).

Julián Alberto Medina Salgadi (Colômbia): CONFEPESCAR – CONFERACIÓN DE PESCA Y ACUICULTURA DEL CARIBE COLOMBIANO – COLÔMBIA

“Venho da parte norte de meu país, no Caribe, próximo ao Panamá. Minha associação afro-colombina de pescadores, somos mais antigos na organização que o

companheiro do Panamá. Estamos aqui, no Golfo de Morrosquillo. Minha associação de base tem 50 famílias de pescadores artesanais, normalmente são os homens que saem ao mar e as mulheres comercializam o produto, ou a mulher que vai e o homem e a mulher comercializam. É um problema ser pescador, pois somos um problema para os governos. Vimos que o Golfo estava sendo acabado por todos os aspectos: os mangues pelo turismo; águas contaminadas por agroquímicos e petróleo; recifes. Assim começamos uma grande campanha nacional. Entramos em três grandes fóruns, onde nos dirigimos ao governador, ao ministro da agricultura, para evidenciar que somos importantes para a sociedade. Traçamos um desenvolvimento, estabelecemos metas, e com o passar dos anos ultrapassamos as metas que estabelecemos. Neste lugar no mar estão as espécies de importação de cru mais importante do país. Esta ponta (seta) é uma zona exclusiva para a pesca artesanal. O governo sabendo disso, sem consultar os pescadores, deu uma ordem para que se explorasse essa zona por outros atores. Chegaram novos barcos que começaram a atrair pescadores e espécies que não eram de nossas águas, com a contaminação por agroquímico e derrames de petróleo os arrecifes sofreram um branqueamento. Em minha região somos 1200 pescadores unidos em uma só voz. Aqui tivemos a visita de Barak Obama, e do ministro de meio ambiente. Estiveram nas águas, na época de derrame de petróleo, e prometeram que quando as águas estivessem limpas mergulhariam nas águas do golfo. Foi aí quando saímos as ruas, quando exigimos respeito. Saímos a rua e dissemos ao governo que merecemos respeito pois somos ancestrais em nosso território. Fizemos uma segunda marcha, o que se avançou desde a primeira é que começaram a nos escutar, na terceira marcha, começaram realmente a nos escutar. Devido a poluição existe uma grande mortandade de pescado 2014-2015, decorrente da falta de oxigênio, o que evidencia o alto grau de contaminação do oceano. Também temos espécies invasoras. Não queremos trabalhar para a indústria. Nós somos pescadores e queremos continuar sendo pescadores. Queremos comercializar diretamente nossos produtos. Estamos fazendo monitoramento pesqueiro, pois queremos saber em que época se reproduzem as espécies, para saber a idade mínima para se pescar sem comprometer a população da espécie. Perigos para a pesca artesanal no entorno: pesca com dinamite, arrasto, rede emalhe, arpão. As mulheres de nossa organização que não pescam, se dedicam a outras coisas, produzindo e ajudando a família". (Julián Alberto Medina Salgadi).

**Maria Angélica Méndez Parham REDE PESCADORES DEL CARIBE
GUATEMATECO Y LAGO DE IZABEL – GUATEMALA**

“Bom dia! Gracias a la CONFREM! Uma cordial saudação de todos(as) os(as) pescadores(as) de Guatemala. Minha organização é basicamente para o fortalecimento comunitário dos pescadores e pescadoras. Como podem ver essa é uma paisagem bonita de Guatemala. A população de pescadores artesanais da Guatemala está constituída por 3.600 pessoas no Mar do Caribe, 8.800 no Oceano Pacífico e 6.200 nas águas continentais. Nossa organização também compõem a Federação Nacional de Pescadores e outras organizações. Temos uma lei de pesca – 2012 - que é um regulamento mais atual em relação aos antigos regramentos. Devido a incidência de pescadores e pescadoras decidimos que em nossa região seria somente de pesca artesanal. Hoje em dia, a pesca artesanal é uma atividade realizada por pelo menos 350 comunidades em Guatemala (Pacífico, Atlântico, interiores) realizadas por diferentes grupos sociais. Essa é a RED de pescadores, minha organização, organização civil, somos uma plataforma de segundo nível, em 2004 éramos 12 organizações, hoje 34. Organizamo-nos, pois estávamos sendo excluídos devido à criação de áreas de proteção e nós não estávamos sendo considerado e nem era conversado nada com a gente. Nossa missão é de “Solucionar coletivamente os problemas pesqueiros e ambientais, mantendo a unidade entre os pescadores, a base do fortalecimento organizacional e aos grupos de base da RED”, e a visão, “Ser uma organização sólida, autossustentável e autogestionária a médio prazo, para poder oferecer a seus associados capacitação, assistência técnica e acompanhamento”. Angélica mostrou no slide como se dá a distribuição geográfica da RED em Guatemala (mapa), destacou que as mulheres têm muito trabalho no setor pesqueiro na Guatemala, no processamento, comercialização etc. Resultados da RED: Fortalecimento organizacional; promover períodos de defeso; constituição legal da RED; melhoramento do sistema de captação de água da chuva; projeto de panificadora artesanal. Esse ano tem sido bastante difícil para a gente: ventos fortes etc. Guatemala não tem Ministério e nem Secretaria de Pesca. Temos sociedade com algumas ONGs e temos sido reconhecidos pelo governo. Estava em Colômbia num evento e ganhamos um prêmio. Não há pesca industrial no país. Tivemos confrontos com a criação de áreas protegidas que nos excluía. Participamos de mesas de debates e assim tiveram visibilidade nessa discussão. Na RED de pesca as mulheres têm papel importante e fundamental. Passaram a desenvolver projeto para melhorar a qualidade de vida, captação de água etc”. (Maria Angélica Méndez Parham).

Líder Gongorra Farias (Equador): CECONDEM-C: COORDINACIÓN NACIONAL DE DEFENSA DE LOS ECOSISTEMA MARINOS COSTERO

“Bom dia todas e todos! Eu venho do Equador, de uma ilha pequenina do Pacífico. Os manguezais são o nosso território de vida, é a maternidade dos mares. Lá a gente desenvolve nossa vida e parte da vida marinha. Somos um povo que se declara como um povo dos manguezais. A América Latina e o mundo têm vivido momentos políticos complicados ultimamente. Assim como no Brasil, nós embarcamos no que se chamou de “socialismo do século 21”, onde os movimentos sociais tiveram muitos ganhos. Nós fizemos uma recuperação dos manguezais, conseguimos que os pescadores tivessem zonas exclusivas para a pesca. Apesar de ser um governo de ultradireita, nós tivemos avanços. Fizemos reflorestamento de manguezais por todo canto, destruímos tanques de manguezais para reflorestá-los. Época em que os movimentos sociais avançaram. Todos os movimentos sociais estavam alegres, com a eleição de um governo progressista. E se passou 10 anos, 15 anos do chamado “socialismo do séc. 21”. Começamos a utilizar os termos: Sustentabilidade, falamos de plano de manejo para mudar a gestão, momento de participação social e controle social. Terminou que acabamos delegando a voz para que outros nos representassem. Isso foi muito difícil para nós. Nenhum dos que foram ser ministros voltou a ser pescador artesanal. Estavam ganhando muito dinheiro: 12 mil, 15 mil dólares. Quando o pescador não ganhava nem 500 dólares. O governo usou bastante a palavra regularização, concessão, o que significou no meu país foi privatização do nosso território, que antes eram bem nacionais e de uso público, coletivo. Ao criar uma organização se criava uma regularização, uma concessão. Outra questão foi a legislação. Mudaram tudo, leis ambientais, de água. A constituição verde, linda, permitiu a precarização de nossos territórios, a instalação de hidroelétricas etc. Se tu protestasses contra os empreendimentos, lhe chamavam de terroristas. Muitas lideranças populares indígenas foram presas e mortas. Muitos processos abertos contra nossos dirigentes. Tivemos que ser críticos com nos mesmo para encontramos o caminho de saída. A proposta, após a corrupção grande, os roubos grandes Aprendemos a não delegar a nossa voz para mais nada nem ninguém. Aprendemos que temos que valorizar nosso conhecimento ancestral. O conhecimento acadêmico é para as empresas e não para o nosso povo. Dissemos que queremos a restauração de Equador, não somente ambiental, mas também de nossas cabeças. Temos que recuperar a palavra. Temos que promover o diálogo de saberes e pôr em prática o que estamos dizendo. Não deleguemos a voz a ninguém nem a

cientista e nem a político algum. Hoje mais do que nunca é importante retomar ao sonho de que um outro mundo é possível”. (Líder Gongorra Farias).

Zoila Soledad Bustamante Cárdenas (Chile): CONAPACH – CONFERACIÓN NACIONAL DE PESCADORES ARTESANALES DE CHILE

“Venho do Chile, da região dos lagos e sou assistente e pescadora artesanal. E falar de política não é outra coisa que falar do que se vive hoje e do que estamos vivendo em nosso país. Somos 90 mil pescadores artesanais legalmente reconhecidos. Exploramos 160 recursos marinhos entre peixes, moluscos e algas. Estamos em 119 municípios costeiros. A pesca artesanal se compõe de vários segmentos (coletores de terra, agricultores de algas, pescadores, armadores, mergulhadores de apneia, marisqueiras, encarnadores, assistentes de enseadas). 23 mil pescadores são mulheres. A Conapach associa 350 sindicatos no país e representa 50.000 pescadores artesanais. A situação atual da pesca no Chile: nosso dirigente / representantes não pescam. Quando tem catástrofes ambientais em nosso país que sustenta a população somos nós pescadores, garantimos a segurança alimentar. “Diretrizes para o desenvolvimento sustentável para a pesca de pequena escala” da FAO, nossos países têm que adotar. Temos que ter a unidade dos povos pescadores. A administração pesqueira se dá com base de cotas, com grandes cotas para a pesca industrial. Temos pescarias em colapso. Na pesca da merluza, o que um barco industrial pega em 1 dia é a mesma quantidade que 108 barcos artesanais pegam em 2 meses. Nosso país é um dos mais impactados pela aquicultura. Contaminaram tudo. Em razão disso, 14 mil pessoas foram se manifestar nas ruas contra a indústria salmonera”. (Zoila Soledad Bustamante Cárdenas).

Moisés Osorto: Asociacion de Pescadores Artesanales del Golfo de Fonseca – APAGOLFA-HONDURAS

“Sou seguidor de senhor LULA, então dizemos: EL PUEBLO UNIDO JAMAS SERÁ VENCIDO; “LULA LIVRE! LA LUCHA SIGUE!”Sou um militante socialista (sociedade) e comunista (comunidade). Estamos a lutar por nossos recursos, nossa água, bosques, terras. Lutamos para que toda família tenha uma liberdade com segurança alimentar. Nós em Honduras já sabemos que não é verdade que a instalação de hidroelétricas irá gerar empregos. Os EUA se meteram em Honduras para roubar nossos recursos. Quando Berta Carceres se colocou na frente do saque, foi assassinada. Em Honduras se aprovou uma lei de terrorismo por uma presidente corrupto. Se reelegeu apesar de não ser possível reeleição no nosso país. Está em curso uma grande marcha de Honduras até os EUA. Donald

Trump cedeu uma quantidade de recursos a Honduras para que retornem o povo que marcha. Em México é assassinado um hondurenho, matasse um bebe de 6 meses. Então o mundo começou a ver que a carta de Direitos Humanos não é seguida. O presidente de Honduras proibiu as pessoas de sair do país. Sofremos o cerceamento do território pesqueiro. Mas a praia é nossa e iremos defender. Os povos indígenas e campesinos são perseguidos pelo governo através da polícia, para a construção de hidroelétricas. A FAO, quer nos impor seus critérios, o que não vamos permitir, pois somos nós que sentimos a dor. Nos enviam técnicos para nos dizer como pescar, estão violando o nosso direito ancestral. Participamos de alguns fóruns, onde havia academia, banco mundial, governo, e tínhamos somente 3 minutos, e dizemos que não aceitamos que nos roubem nossos territórios. Falam que vão acabar com a pobreza, que vão melhorar a qualidade de vida da população. A coca cola como exemplo. Temos que ter cuidados nesses espaços, pois uma decisão errada que tomemos, a população vai sentir. Agora nossos companheiros estão com fome e sendo criminalizados por defenderem seus territórios. A mensagem agora é: existem tantos organizadores e ONGs que estão falando pelos pescadores, por dinheiro. Os técnicos irão receber, o pescador se não trazer passa fome. Necessitamos de articulações regionais na América Latina entre os pescadores. Devamos pensar estratégias de lutas e dizer basta! Somente unidos poderemos vencer a luta contra o capitalismo”. (Moisés Osorto).

6.4.1 Perguntas realizada aos convidados da roda de conversa

1. Como vocês viram, o maior desastre ambiental no Brasil, no estado no ES, o derramamento dos resíduos da mineração da empresa Samarco, que deixou milhares de pescadores em situação muito difícil?
2. Existe uma limitação de áreas de atuação da pesca artesanal e da pesca industrial? Existe essa delimitação no Chile? De onde até onde?
3. Na fala do Lider Gongorra, ele citou dos impactos da carcinicultura no Equador, e falou de um tipo de trabalho para que isto não aconteça? Gostaríamos de saber o que foi feito, tendo em vista que em nossos territórios a carcinicultura está chegando.
4. No países de vocês (dos palestrantes) existe linhas de crédito para o setor pesqueiro? Se é diferenciado para os setores (industrial e artesanal)? E se existe certificação de produtos extrativistas?
5. Para a Colômbia, quais as metas que vocês consideraram que tiveram sucesso e que foram implementadas?

6. Sobre os territórios tradicionais de pesca. A gente tem na Resex o reconhecimento das áreas tradicionais embora podemos ter outros. Existe diferentes legislação de reconhecimento de territórios tradicionais. Gostaria de saber da mesa como se dá o reconhecimento dessas áreas / territórios? Existe alguma lei / processo para definir esses territórios em seus países? Creio que isso pode ser uma estratégia de luta.

6.4.2 Respostas e considerações finais sobre as rodas de conversa

Zoila (Chile): *“Existe! Os pescadores artesanais tem 5 milhas de área de pesca, acima de 5 milhas a pesca industrial. Existe um acordo que na primeira milha a partir da costa não se pesca por nenhum setor. Isso em uma zona pesqueira do Chile. Primeiro, existem áreas de manejo, e áreas costeiras protegidas, que não há interação com a gente. Pois assim como o Brasil, o Chile tem que cumprir metas internacionais”.*

Angélica (Guatemala): *“Como líderes, nós mulheres somos odiadas pelo governo, pois sono mais difícil de matar”.*

Julian (Colômbia): *“Quais eram as metas: O pescador tem uma embarcação de 4 metros e não teria formas de ter uma melhor captura, isso ... traçamos a meta de uma embarcação para cada associação, conseguimos 6 para cada associação. As áreas de manguezal são áreas protegidas, mas somente no papel”.*

Moisés (Honduras): *“Nós do Centro América temos uma lei: Pesca industrial somente após as 5 milhas náuticas a partir da costa”.*

Lider (Equador): *“Equador foi o primeiro país na América Latina onde se desenvolveu a carcinicultura. E foi muito agressiva com o território, gera pouco emprego e remunera muito mal. Aqui no Brasil, no Ceará ocorreu a morte de 2 pessoas, assim como no Equador e Nicarágua. Esse momento encerrou com o coordenador Geral da CONFREM, Carlinhos agradecendo a presença de todos os camaradas. Falando do quanto eles engrandeceram o nosso debate no seminário, o que vem a fortalecer essa difícil articulação entre o setor pesqueiro artesanal na América Latina. Destacou a colocação na pauta da questão do protagonismo das mulheres. Fez uma provocação para que continuem esse diálogo tendo em vista o fortalecimento das comunidades pesqueiras”.*

6.5 Mesa sobre a pesca artesanal no mundo e as diretrizes voluntárias da FAO para pesca de pequena escala

Composição da mesa: Flávio Lontro (CONFREM Brasil), Maria José Pacheco (CPP), Beatriz Mesquita (Fundação Joaquim Nabuco e ICFS), Zoila Bustamante (CONAPACH), Ricardo Serrut (UPESABO) e Julian Redina (CONFEPESCAR).

Tradução: Regina Oliveira – Museu Emilio Goeldi

Não houve transcrição devido a problemas técnicos, havendo tradução após cada fala, em português ou espanhol para registro dos relatores.

Beatriz Mesquita: (Fundação Joaquim Nabuco e ICFS)

Apresentou as diretrizes de pesca artesanal apontadas pelo International Collective in Support of Fishworkers- ICFS e pela FAO na tentativa de conectar os saberes local e global. Localizou sua origem no Pernambuco e disse que sua trajetória tem relação com a pesca do marisco no litoral norte de Pernambuco. Apontou que seu objetivo é levar as diretrizes do documento intitulado Diretrizes Voluntárias para Assegurar a Sustentabilidade da Pesca Artesanal no contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (2015) para cada comunidade de pesca artesanal.

Apontou que as Diretrizes constituem uma ferramenta fundamental de apoio à perspectiva da Organização de erradicar a fome e promover o desenvolvimento sustentável como descrito na nova estrutura de objetivos estratégicos da FAO. Elas devem orientar o diálogo, os processos e ações políticas em todos os níveis e podem proporcionar o setor a reconhecer a sua completa contribuição para a segurança alimentar e erradicação da pobreza. Disse que o desafio agora é fazer com que as Diretrizes sejam implementadas por todos os membros da FAO e seus parceiros.

A primeira diretriz tratou da importância da pesca artesanal e dos pescadores do mundo. A segunda diretriz, tratou do tema Governança nas diversas escalas e sobre as o papel das instituições multilaterais – a FAO e das Nações Unidas – como um espaço de discussão entre governos.

Elucidou que a discussão sobre a abordagem da pesca pela FAO mudou muito, que durante a década de 1960 a abordagem se concentrava na pesca industrial, mas, que ao longo do tempo, inseriu na sua pauta a pesca artesanal como demanda da sociedade civil. A partir da década de 1980 a pesca artesanal passou a ser inserida nas discussões e culminou em um código de conduta pela pesca responsável, inseridas no documento intitulado

Diretrizes Voluntárias sobre a Governança e Posse da Terra (2012) subsidiando as diretrizes o atual documento voltado para a pesca artesanal.

Apontou que o documento - Diretrizes Voluntárias para Assegurar a Sustentabilidade da Pesca Artesanal no contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (2015) - é focado exclusivamente na pesca artesanal e é considerado um documento fundamentado pela participação social em um processo global que envolveu mais de 4.000 representantes dos governos, pescadores artesanais, trabalhadores da pesca e suas organizações, pesquisadores, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes de mais de 120 países em 6 encontros consultivos regionais e mais de 20 reuniões consultivas nacionais de organizações da sociedade civil. Apontou que cada país participante elaborou seu documento base, junto a sociedade civil, e posteriormente foi discutido e construído em outras escalas a nível regional, contando com diversas consultas técnicas. No Brasil, foi realizada em 2011 uma discussão sobre esse documento na Resex Prainha do Canto Verde, no Ceará, que contou com poucos participantes em função da falta de recursos.

A representante informou ainda que todos esses documentos estão disponíveis na internet, assim como o histórico de elaboração dessas diretrizes, suas mudanças ao longo do tempo até a elaboração do documento final. No caso do Brasil, a representante apontou que a proposta original foi bastante respeitada no documento final, sendo fomentado pelo ICSF e as Redes de Pesca IPC (composto pela via campesina).

Enfatizou que o documento não é dos governos, e nem se deve esperar que o governo implemente. Ressaltou que cabe ao pescador implementar essas diretrizes, um instrumento que acredita poder auxiliar na luta e organização da pesca artesanal, assim como subsidiar os pesquisadores e, que mesmo voluntariamente, deveria guiar os governos em suas ações para essa atividade. Apontou que um grande esforço vem sendo realizado para a divulgação e implementação dessas diretrizes. Um exemplo dado foi o surgimento do movimento Teia Pesca, que constituiu uma tentativa de discutir em escala nacional as diretrizes do documento. Essa Teia se reúne desde 2013, e em 2016 elaborou um documento e vem desenvolvendo a divulgação e a discussão dos conteúdos das diretrizes em diversas comunidades de pescadores artesanais. O sonho, disse ela, é que as diretrizes sirvam para fortalecer ainda mais a sociedade civil, principalmente no contexto político atual. Ressaltou ainda a diversidade e importância de instituições e entidades de pesca artesanal espalhadas no Brasil e internacionalmente, enfatizando a representatividade de cada entidade de

pesca/comunidade nessa teia. Terminou sua apresentação chamando atenção para a necessidade dos pescadores e suas entidades se unirem nessas redes internacionais.

Flavio Lontro (APA Guapimirim/CONFREM Brasil)

Apontou ter recebido a incumbência de elaborar e implementar essas ações no Brasil. Informou que em reunião realizada em Brasília houve uma dificuldade de assimilação de algumas questões, principalmente quando entendiam que as decisões e diretrizes eram tomadas de cima para baixo, e que assim consideraram a diretriz da FAO, principalmente a que incentiva a migração dos pescadores para a aquicultura, afirmando não estar em consonância com a perspectiva dos pescadores. Apontou isso como uma tentativa de influenciar a forma de ser dos pescadores, e que houve uma tentativa de mudar algumas diretrizes, que a final, parte foi incorporada e outra não. Apontou ainda a necessidade de se incorporar integralmente o que é construído pelos pescadores, a necessidade de se pensar a pesca como um todo, a partir do conselho de pesca das américas e união de pesca das américas para mostrar a FAO que nós podemos elaborar as diretrizes tomando o protagonismo dessas ações para o pescador. Apontou ainda a necessidade de participação de todos os presentes, fazendo uma só voz, ecoando alto o suficiente para que possa ser ouvida em outras escalas. Informou que a CONFREM vem pensando e tentando implementar um canal de debate nacional para implementação das diretrizes da pesca de pequena escala no Brasil

Zoila Bustamonte(CONAPACH – Chile)

Falou sobre o documento Diretrizes Voluntárias para Assegurar a Sustentabilidade da Pesca Artesanal no contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (2015), que sua elaboração demandou quatro anos de trabalho, englobando África, Ásia e América Latina e foi contra a vontade de vários países (EUA, Noruega e Canadá) que não queriam que esse documento fosse elaborado e nem que fossem resguardados os direitos dos pescadores. O evento de finalização foi realizado em Roma, Itália, com o auxílio da Ganesh Chandra (ICSF), o documento foi elaborado e a participação das mulheres na pesca foi incorporada. Alertou que não devem ser pessoas estranhas a pesca que devem elaborar essas diretrizes.

Colocou que a ideia é que os pescadores artesanais devem implementar o documento nos países que ratificaram o documento elaborado no coração das américas, que essa implementação saia da promessa, dos encontros e seminários e que os governos que votaram a favor devem assumir a responsabilidade sobre essa implementação para garantir a

pesca hoje e para as futuras gerações. Apontou a necessidade de que todos precisamos estar informados sobre as diretrizes da FAO.

Ricardo Serrut (UPESABO - Panamá)

Iniciou com uma reflexão sobre sua participação em 2011 na elaboração do documento Diretrizes Voluntárias da FAO e que, nesse período identificaram que os problemas dos países da América Latina eram comuns, o que despertou neles um sentimento de cuidado recíproco no presente. Abordou a necessidade de olhar mais cauteloso às recomendações que vem de cima e olhar mais focado para nossa relação local com as naturezas, desconfiando de determinadas ações com esses organismos, que podem se aproveitar das fraquezas das comunidades.

Apontou que na sua região os recursos estão se esgotando em função das mudanças climáticas, e cada vez mais o pescador tem que ir mais longe para pescar, incidindo um maior gasto na atividade. Sabemos que se não aplicarmos as diretrizes voluntárias estaremos em risco. Não devemos esperar os governos pois foram colocados como diretrizes voluntárias (que podem ou não ser implementadas), legando aos pescadores a implementação. Chamou atenção dos brasileiros da necessidade em observar a escassez de recursos pesqueiras em outros países da América Latina e que devemos cuidar para que o Brasil não chegue a esse ponto.

Julian (CONFEPESCAR – Colômbia)

O último componente da mesa apontou que na Colômbia foi iniciado um trabalho com entidades de pesca e divulgação maciça do documento. Pressionaram o governo nacional para criação de um ministério da pesca, mas infelizmente essa demanda ainda hoje não foi acatada. Que no entanto, foi criada uma autoridade de pesca chamada de UNAP que criou uma política pública de pesca, a lei de pesca ilegal, onde os pescadores eram licenciados para poderem exercer a atividade diante da grande diversidade de recursos e biomas colombianas. Teve o objetivo de regulamentar a atividade pesqueira declarada e não declarada, e organizar os preços e as cadeias produtivas. O pescador marinho lá não tem terras e, portanto, não tem alternativas, não pode alternar a pesca com a agricultura como saída. Também apontou a necessidade de acolhermos uma diretriz voluntária como uma questão econômica, apontando a importância do pescador artesanal na economia. Exemplificou ainda, que em seu país apoiaram um senador na tentativa de aprovar um projeto de lei que destine uma pensão/aposentadoria aos pescadores que já não podem trabalhar. Uma luta que ainda está em processo, sendo debatida e eles continuam exercendo pressão aos governos.

Finalizou sua fala ressaltando a necessidade de os pescadores serem criadores do seu próprio futuro e nesse sentido, dentro das diretrizes, eles devem elencar o que se adequa as realidades deles ou não. Também apontou a importância de lutar pela legalização dos “petrechos” de pesca que são considerados ilegais, mas que são tradicionalmente utilizados.

6.5.1 Perguntas e considerações sobre a mesa

- Foi apontado a necessidade de aprofundamento dessas diretrizes chegarem mais rápido junto as comunidades, que os conflitos que ocorrem nas UCs, devido ao não cumprimento das regras e leis brasileiras e, foi reafirmado a continuidade do conflito com a pesca industrial.
- A necessidade da Diretrizes apontarem também para a falta de serviços básicos, que não sendo implementados comprometem a pesca artesanal.
- A FAO impõe aquicultura em suas diretrizes e necessitamos que essa palavra desapareça das diretrizes pois não somos aquicultores, somos pescadores e maricultores.
- Foi apontado que na comunidade de Magunça na Resex Cururupu, existem 1400 Famílias vivendo da pesca artesanal, que eles pescadores buscam os órgãos, mas muitas vezes são os pescadores que não cumprem as regras, usam rede/ malha que é proibida, usam veneno (Barrage).
- Fez uma fala sobre a necessidade dos jovens e da cultura do Carimbó estejam fortalecidas, inclusive dentro das salas de aula. Ressaltou a importância do carimbo na cultura de pesca. Perguntou como a CONFREM pode auxiliar no fortalecimento da cultura do Carimbó.

6.5.2 Considerações finais sobre a mesa

Beatriz Mesquita – (Fundação Joaquim Nabuco e ICSF)

Respondeu que de forma geral, todas as diretrizes buscam responder às demandas, e que são pautadas em direitos humanos e não na gestão pesqueiras. Tratam também de governança, que inclui sociedade civil, e que trazem fortemente na sua concepção questões de gênero e juventude. Apontou que, em resumo, muitos problemas da pesca estão fora da pesca, tais como saúde e educação, e o documento visa isso.

Colocou que o trabalho não foi feito por técnicos e doutores, foi elaborado por pescadores, apoiados por técnicos na hora de pôr no papel suas ideias, levantadas a partir das consultas as comunidades. Sobre a questão dele estar cansado de dar entrevistas, apontou que

para ela sua fala serviu para pensar um pouco sobre a prática de pesquisa, e de quando chega nas comunidades precisam fazer referência a estas diretrizes, no EIA/RIMA, nos Planos de Manejos, etc. Houve uma proposta no processo de consulta, feito por um pesquisador da Austrália, inserir um código de ética das pesquisas a serem realizadas nas comunidades pesqueiras, contudo, a proposta foi negada pelos representantes governamentais.

Cita que os EUA foram bem contrários as propostas de direitos humanos, o Irã contra as questões de gênero, trata-se de um embate, onde na correlação de forças a sociedade civil é apenas consultada, não delibera, a exemplo disso é o caráter voluntário do documento, quando a vontade era de que fosse obrigatório.

Sobre a questão das diretrizes tratam de uma abordagem ecossistêmica que dialoga com o uso de venenos. O documento está traduzido em oito idiomas. Existe um grupo com boa intenção de divulgar as diretrizes, mas falta recursos para que possam se feitas as sensibilizações, buscar fontes de recursos, destaca que a principal fonte de difusão das diretrizes são os próprios pescadores (as), a ferramenta da diretriz é a comunidade pesqueira.

6.6 Reflexão sobre o “legado do Chico Mendes nos alcançou” (memorial Chico Mendes)

Composição da mesa: Mary Allegretti (UFPR/Memorial Chico Mendes), Vazinho (CNS), Célia (CONFREM), Ádria Santos (CONFREM Pará e Doutoranda UFPA), Alexandre Cordeiro (ICMBio) Mary Allegretti – Memorial Chico Mendes e UFPR.

Explicou que a luta de Chico Mendes é a história de origem das Resex, sendo fundamental entender o contexto e as ideias que são a base do conceito das Resex. O conceito de Resex foi formulado por seringueiros do Acre, descendentes de migrantes nordestinos que migraram no final do século 19, no ciclo da borracha, fugindo das secas do Nordeste para trabalhar nos seringais (áreas nativas) da Amazônia. Os seringueiros entraram em conflitos com indígenas inicialmente, com a queda da borracha nativa, devido ao cultivo da borracha sintética da Malásia, decorrente disso, muitos seringueiros retornaram ao nordeste ou ficaram nas florestas, apenas retoma o crescimento com a demanda da segunda guerra mundial, a política de preço tabelado da borracha muda durante o regime militar no Brasil, os seringais perdem a importância, em detrimento da pecuária. A expansão da borracha sobre os seringais gerou conflitos, latifundiários do sul do país “compraram” os seringais com os extrativistas dentro, intensificando os conflitos. Estes seringueiros se transformaram no campesinato florestal (posseiros), sem patrão, eram autônomos, numa vida muito boa, pois não faltava alimento, as estradas começaram a abrir facilitando a comercialização. São esses sujeitos responsáveis por uma grande revolução, que mudou a história do nosso país.

Colocou que muitas vezes se perguntaram como esses seringueiros, iletrados, invisíveis, sem nenhuma importância econômica, se nenhum poder político, como este grupo social formulou uma solução para os conflitos e ainda conseguiram transformar a solução em política pública? Mudaram as regras de produção, a economia, a forma de fazer movimento social.

Ressaltou que é importante entender que sempre existem greves e revoluções, mesmo que não conhecidas. No Acre aconteciam conflitos com os patrões da borracha. Na década de 1970, os seringueiros, pescadores, não sabiam que eram posseiros, que tinham o direito de posse. A primeira mudança foi a consciência de que tinham o direito de posse, de permanecer no território, em função disso não queriam deixar suas áreas para a pecuária, resistiram a essa nova frente econômica excludente e que expulsava os povos. A decisão de não sair, levou a violência, muitas famílias foram expulsas, casas derrubadas. Quem inventou o método para resistir foi o Wilson Pinheiros, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasileira no Acre, criou a técnica do empate, onde um grupo ia ao local do desmatamento e expulsão e convenciam os peões que não deviam continuar desmatando, e iam para uma negociação, muitos destes peões eram também seringueiros. Wilson Pinheiro foi assassinado em 1980. Logo depois, Chico Mendes emerge como uma grande liderança, também representação do sindicato rural, Chico passou a ser líder dos empates.

Falou que Chico era um seringueiro que tinha aprendido a ler, escrever e pensar com um refugiado político na fronteira do Acre com a Bolívia, que viu que Chico era um jovem interessado e se ofereceu a educá-lo, alfabetizá-lo, estimulou o pensamento crítico, sobre o capital e Estado. Passou a fazer os empates e as cartas, visto que escrevia denunciando todos os processos de conflito.

Citou que era professora de antropologia, foi fazer pesquisa de mestrado num seringal, ficou muito impressionada por não saberem ler e escrever, mas tinham as dívidas escritas por um contador na mão, presos numa dívida histórica. A proposta de fortalecer as bases, veio do sonho de Chico de fazer uma escola. Largou a universidade e juntos foram criar a escola cooperativa, no seringal mais ameaçado, a 70km de Xapuri a pé, no Rio Tarauacá. A tese dela de mestrado deu origem a primeira cartilha, chamada “poronga”, em analogia a luz usada para iluminar os caminhos na mata. Mas em 1973 Chico foi eleito presidente do STTR. Em 1985 foi organizado o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros no Brasil, no período de redemocratização, uma grande mobilização levou mais de 100 seringueiros em Brasília. Esse encontro foi o começo da história dos extrativistas, que definiram o conceito

de Resex pela concepção deles, queriam áreas públicas, não privadas, não queriam a solução dos assentamentos da reforma agrária, queria que as terras fossem da união para não cederem a pressão do latifúndio, a “colocação” foi a base dessa nova estrutura, queriam continuar como viviam, mas sem patrão, criando o CNS. Em 1986, indígenas e seringueiros iniciaram uma romaria para difundir essa concepção, o INCRA absolveu propondo Assentamentos Extrativistas. A aliança dos povos da floresta (índios e seringueiros), a partir de uma imagem de satélite, denunciaram o desmatamento em Rondônia. Em 1987-88, a proposta continua a tramitar, mas a BR-364, trouxe conflitos, colocando em cheque a vida de Chico Mendes, que foi aos EUA, denunciar o financiamento da rodovia, barrando o financiamento, eram contra a estrada se não houvesse os assentamentos. Nos EUA, as alianças com antropólogos e documentaristas levou a proposta ao mundo, recebendo vários prêmios fora do Brasil, dando entrevista nos principais jornais, despertando a curiosidade da população diante de uma proposta tão avançada, vinda do povo da floresta de proteção da floresta não preservacionista. Chico Mendes fez parceria com Lula após a morte de Wilson, essas alianças eram estratégicas para dar visibilidade a luta dos seringueiros.

Onde Chico e família moravam foi invadida, gerando um grande empate, que ocasionou no mandato da morte de Chico em 22/12/1988, ao sair da sua casa com uma lanterna, e o assassino pode o acertar. Na sequência, para todos nós o sentimento era de fim da história, porém no dia seguinte os principais jornais noticiaram. Essa reação impulsionou a mídia e sociedade brasileira a se posicionar. Segundo Encontro Nacional dos Extrativistas em 1989, denunciando o amplo desmatamento. As primeiras 4 Resex foram criadas, assinadas por Sarney, que saiu no dia seguinte do governo. Foi assinado o Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, tal como conceberam os extrativistas, em parceria com os antropólogos e advogados para traduzir na linguagem técnica.

Destacou que foi regulamentado o seringal sem patrão, no local do patrão tinha a associação. O SNUC, em 2000, manteve o mesmo conceito. Os fatores que permitiram a formulação de uma política pública se deram por considerar uma realidade concreta, sem ceder ou ajustar as propostas, foram decretadas tal como conceberam, articulando com grupos de interesse comum sem perder a identidade.

O legado do Chico Mendes representa hoje um patrimônio socioambiental, com a criação de 99 UCs (Resex e RDS) na Amazônia que totalizam 5% do território amazônico. Se considerado a totalidade de territórios como pensado no PAE são 7,5% da Amazônia. As Resex são uma barreira ao desmatamento. O patrimônio socioambiental dos extrativistas e

sociedade em geral com a conservação e os serviços ambientais que beneficiam toda a sociedade.

Lembrou que o economista Celso Furtado dizia “vocês estão querendo regredir no tempo? Voltar para antiguidade?”. O conceito de extrativismo veio em outubro de 1985, adotado pelos seringueiros para expressar uma identidade coletiva e um modo de vida baseado na valorização da coleta e da transformação de produtos da natureza, de forma autônoma, em territórios utilizados por gerações.

As parcerias, Instituto de Estudos Amazônicos, criada por antropólogos em 1986, possibilitou importantes apoios as causas dos seringueiros.

Chamou atenção para outro legado, é uma nova forma de “socioambientalismo”, o carro chefe de todas as Resex, um novo paradigma de pensamento. Informa que dia 30 lançará uma revista para retomar a importância do tema nacional e internacionalmente. Ninguém faz uma revolução sozinha, são necessários aliados, pessoas diferentes, a troca, não só juntar iguais com iguais.

Vazinho (CNS) – o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Fala que começou nessa luta após a morte de Chico Mendes, dando continuidade a luta dos extrativistas. Somos felizes por trabalhar com os 9 estados amazônicos. Essa luta só se multiplicou. Tiraram a vida do Chico Mendes covardemente, e pensaram que a luta acabaria, ledô engano, os trabalhadores extrativistas puxaram pra si a luta, germinando a luta, somos todos as sementes dessa luta. Não perdemos, vencemos. Perdemos Chico e ganhamos milhares de pessoas. A CONFREM e CNS são as grandes representações dos extrativistas no país. A nossa luta é muito grande, as Resex são hoje são a aposta da Amazônia.

Alexandre Cordeiro (ICMBio)

Iniciou citando que na semana anterior a realização desse Seminário, aconteceu uma oficina no ICMBio com o resgate histórico muito emocionante. Apresentou um relato de experiência: Em março de 1988 cheguei em Santarém para trabalhar no projeto “Saúde e Alegria”. Nessa época, no Tapajós, já haviam muitos conflitos, e a morte de Chico gerou uma grande mobilização e discussão de como levar o modelo de Chico Mendes para a região. Deixei o projeto em 1992, para participar da Eco92, me afastando da minha militância ambiental, só vindo voltar a me articular com o movimento em 1997 já como gestor, no IBAMA, fazendo a identificação de áreas para a criação de RESEX.

Falou que IBAMA era chamado de frankstein (soma do IBDF, SUDEP, SEMA, etc, juntas). A criação do CNPT possibilitou o trabalho de ampliação da base territorial das Resex, não só na Amazônia como em outros contextos socioambientais. Foi feito várias rodadas de reuniões, visitas pelo litoral identificando áreas de conflito, não havia força de garantia dos territórios pesqueiros, porém faltavam recursos para trabalhar fora da região amazônica. A estratégia foi identificar colegas e parceiros no IBAMA para diagnosticar estes conflitos. Nesse contexto conheceu Vergara (in memorian), Dona Raimunda (in memorian), no extremo norte, Katia Barros, passamos a fomentar equipes para trabalhar na criação de novas UCs. Propusemos que o desenho das Resex marinhas fosse unicamente em terrenos da união, por não conseguir indenizar, o que hoje é um problema por não consegui garantir o território de moradia das famílias extrativistas. Conseguiram um projeto do CNPT para criação de Resex marinhas, levando a 44 RESEX.

Considera que temos ainda uma grande jornada pelos territórios da pesca. Fui chamado a colaborar com a SEAP, dentro dos nossos organismos disputamos territórios e conceitos, lutamos com o registro equânime da pesca, temos praticamente 1 milhão de RGP, onde metade é de pé enxutos. Isso aconteceu depois do recadastramento feito pela SEAP. Foi escolhido 12 colônias para auditoria, resultou no número de 70% de pé enxutos. Hoje o grande desafio é a gestão. Perdemos governança logo depois do SNUC, tivemos o primeiro baque, o conselho deliberativo em detrimento das assembleias comunitária e também houve a instituição dos planos de manejo em detrimentos dos planos de uso que eram elaborados pelos comunitário. A criação do ICMBio foi positiva, avançaram na gestão, mas houve impactos, visto que o IBAMA tinha terminado de criar a DISAM para legitimar o legado de Chico Mendes e com o ICMBio perderam a estruturação da DISAM, perderam as portarias de regulamentação das UCs que estavam prontas. Atualmente temos um novo debate em curso, com nova metodologia de Plano de Manejo, a partir do Foundation Document, defende a proposta.

Adria Santos (CONFREM Pará/Doutoranda UFPA)

Apontou o legado de Chico Mendes, passado pela sistematização dessas ideias pela Mary Allegretti e como isso permite a transformação da realidade, seja ele seringueiro, seja ele pescador. O legado de Chico Mendes é amparar a luta pela sua identidade e por seu território. E para onde iremos se perdemos esses territórios. Caminharemos sem rumo como nossos parentes negros fizeram depois da escravidão. O legado de Chico Mendes é isso, da consciência do que é nosso. Esse legado sai da floresta e vai para o sul, com a criação da

Resex de Pirajubaé. O assassinato do Chico Mendes é como derrubar um Bacurizeiro, suas raízes estão tão arraigadas na terra que elas brotam novamente.

As ideias de Chico se estendem pelo Brasil e só no Norte são doze Resex marinhas, formando um cinturão de mangue protegido com outorga da área. O território é nosso, sai da floresta e chega no mar. Colocou que estamos fazendo um escudo de proteção. Há 30 anos atrás mataram um homem que lutou contra o capitalismo, mas ele continua tentando, como demonstra o novo contexto político que se tem agora. O capital se reorganiza para novamente tentar tomar nossos territórios, nossa identidade. Chico nos ensinou que é preciso resistir, que é necessário continuar a fazer os empates, para proteger aquilo que é nosso, a nossa terra, o nosso território, tudo aquilo que é nosso. As reservas foram criadas, é uma conquista que está sacramentada, tanto para conservação quanto para a garantia do território. Mas necessitamos avançar nas políticas públicas para garantir a sustentabilidade do território e a qualidade de vida. Não nos basta só o território, o que todo mundo quer é garantir o mínimo de qualidade de vida em nossas comunidades. A memória de Chico está viva, suas obras continuam e nós somos a resistência que continuamos na luta.

6.7 Oficinas temáticas

Abaixo serão apresentados os resultados das oficinas

6.7.1 Impacto das mudanças climáticas, serviços ambientais e o extrativismo e as comunidades marinhas

Coordenação: Fernanda e Inaiê – IPAM

Tabela 10: Resultados da Oficina Impactos das mudanças climáticas, serviços ambientais e o extrativismo e as comunidades costeiras e marinhas

Informações do Diagnóstico Prévio disponibilizadas para as oficinas temáticas	Oportunidades e Potencialidades	Desafios
<p>Ameaça e perda de territórios por eventos naturais ocorridos nos últimos anos, nas praias, ilhas e territórios.</p> <p>Desconhecimento dos extrativistas costeiros e marinho de como as mudanças climáticas podem estar impactando seus territórios.</p>	<p>Fortalecer as ações propostas no Plano Nacional de Adaptação às mudanças climáticas como garantia do modo de vida das populações e territórios tradicionais de pesca.</p> <p>Distribuir cartilha elaborada pela comunidade da Ilha de Marajó.</p> <p>Fortalecer as áreas protegidas como estratégia de combate aos impactos das mudanças climáticas.</p> <p>Pensar a dimensão econômica dos impactos das mudanças climáticas sobre as comunidades tradicionais costeiras, buscando fundos que possam ser acessados para mitigar, compensar e se adaptar aos impactos numa perspectiva econômica.</p> <p>Elaborar estudos conduzidos pelas próprias comunidades sobre ações de mudanças climáticas. Buscar fundos que possam viabilizar a realização desses estudos. (Existem experiências exitosas nesse sentido na APA Cairucu - Paraty-RJ).</p> <p>Pensar e exigir formas de compensação ambiental para as comunidades costeiras frente às mudanças climáticas.</p> <p>Formação de novas lideranças e capacitação sobre o tema.</p> <p>Ocupar espaços de resistência.</p> <p>Fortalecer órgãos de fiscalização.</p> <p>Realizar Seminário sobre “Mudanças Climáticas” em comunidades tradicionais costeiras e marinhas.</p>	<p>Mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de água doce.</p> <p>Impedir e/ou mitigar a liberação de grandes empreendimentos na zona costeira que intensificam os impactos das mudanças climáticas vivenciadas pelas comunidades tradicionais.</p> <p>Ter direito a voz e voto na plenária, participando das negociações, para defender suas ideias e interesses.</p>

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir do material obtido através da relatoria de Daniel D’el Rei (Habitat GEO).



Imagem 6: Registro seminário

6.7.2 Ações/projeto que incidem sobre o extrativismo costeiro e marinho e as comunidades tradicionais projeto: transporte de caranguejos em basquetas nas reservas extrativistas do Pará parceria CONFREM Pará, ICMBio e SEDAP-PA

Coordenação: Patrick – SEDAP-PA.



Imagem 7: Registro do Seminário

Tabela 11: Resultados da oficina Ações/projeto que incidem sobre o extrativismo costeiro e marinho e as comunidades tradicionais projeto.

Informações do Diagnóstico Prévio disponibilizadas para as oficinas temáticas	Oportunidades e Potencialidades	Desafios
<p>Falta de conhecimento sobre as cadeias de valor por parte dos diferentes atores envolvidos. Por exemplo, quem coleta caranguejos muitas vezes não sabe onde está o consumidor final, qual o valor pago por ele para cada unidade, quais os valores gerados na cadeia, quem são e qual o perfil dos consumidores, como é o percurso do produto até o final da cadeia.</p> <p>Políticas Públicas ineficazes ou inadequadas para as diferentes realidades que envolve o extrativismo costeiro e marinho bem como o uso sustentável dos recursos naturais dos manguezais amazônicos, principalmente os pesqueiros.</p>	<p>Comunitários auxiliarem no processo de fiscalização durante o defeso.</p> <p>Transporte do produto em basquetas.</p> <p>Intercâmbio entre os caranguejeiros de regiões diferentes.</p> <p>Organizar os caranguejeiros a nível nacional</p>	<p>Saber os custos da cadeia produtiva, para valorização da atividade.</p> <p>Verificar a situação de caranguejeiro em trabalho escravo no estado do Amapá.</p> <p>Mostrar a importância da mulher na cadeia produtiva.</p> <p>Discutir as principais doenças que acometem os caranguejeiros.</p> <p>Aposentadoria dos caranguejeiros</p> <p>Discutir sobre as legislações antigas sobre o tema.</p> <p>Compreender os prejuízos e buscar soluções para o</p>

		uso de óleo diesel diretamente no corpo.
--	--	--

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir do material obtido através da relatoria de Maria Augusta Lima- UFPA).

6.7.3 Experiências nacionais e internacionais de auto monitoramento, selo de origem – rastreabilidade de produtos, comercialização experiências: Brasil (CONFREM e CI), Panamá, Chile e Colômbia



Imagem 8: Registro do Seminário

Coordenação: Chico Pescador – CONFREM Brasil e Dênis Domingues (CI)

Tabela 12: Resultados da Oficina Experiências nacionais e internacionais de auto monitoramento, selo de origem – rastreabilidade de produtos, comercialização experiências

Informações do Diagnóstico Prévio disponibilizadas para as oficinas temáticas	Oportunidades e potencialidades	Desafios

<p>Ausência de informações sobre a produção, sobre a comercialização da produção e falta de monitoramento realizado pelo estado brasileiro, e em especial de experiências de automonitoramento.</p> <p>Políticas Públicas ineficazes ou inadequadas para as diferentes realidades que envolve o extrativismo costeiro e marinho bem como o uso sustentável dos recursos naturais dos manguezais amazônicos, principalmente os pesqueiros.</p> <p>Controle da comercialização numa complexa rede de atravessadores. Maior parte dos pescadores artesanais está relacionada com uma cadeia composta pelo signatário, passando pelo geleiro, ao balanceiro ou peixeiro, ao comerciante.</p>	<p>Associativismo.</p> <p>Automonitoramento.</p> <p>Registro válido para segurança social.</p> <p>Estatística da pesca artesanal.</p> <p>Rastreabilidade, inclusive das espécies ameaçadas.</p> <p>“Bolsa de valores” do pescado.</p> <p>Renovação do RGP;</p> <p>Selos (verde, de UCs, de PCT).</p>	<p>Falta de capacitações (beneficiamento dos produtos, estratégias de vendas e análise de mercados, etc.);</p> <p>Estruturar a cadeia produtiva (fábrica de gelo, aquisição de veículo para escoar a produção e superar o atravessador, etc.)</p> <p>Acessibilidade de internet e smartphone para uso de aplicativos que estão sendo desenvolvidos para monitorar a pesca, etc.</p> <p>Organização na base e dos pescadores (as) nacional e internacionalmente.</p>
--	--	---

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir do material obtido através da relatoria de Carolina Sapucaia, bolsista GEFMAR- RESEX Canavieiras/BA).

6.7.4 Rede de mulheres da CONFREM Brasil

Coordenação: Geisy e Mônica – Rede De Mulheres Da Bahia

Tabela 13: Resultados da Oficina da **Rede de mulheres da CONFREM Brasil**

Informações do Diagnóstico Prévio disponibilizadas para as oficinas temáticas	Oportunidades e Potencialidades	Desafios
<p>Fragilidade da organização social.</p> <p>Fortalecimento das lutas através da participação organizada das mulheres e jovens.</p>	<p>Grupo de mulheres organizados e em construção (RJ/PA/SE/MA/BA).</p> <p>Formação Política em Direito das Mulheres, Lei Maria da Penha, Direitos Previdenciários, Saúde da Mulher.</p> <p>Capacitação e realização de projetos de inclusão produtiva;</p> <p>Sororidade e articulação de mulheres.</p>	<p>Organizar e construir, estruturar e manter ativo as organizações de mulheres.</p> <p>Geração de trabalho e renda.</p> <p>Formação Política e Profissional voltado para mulheres tanto no sentido de emponderamento, quanto a profissionalização.</p>

		Fortalecer a cultura local e protagonismo das mulheres.
--	--	---

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir do material obtido através da relatoria de ANA LOURDES RIBEIRO – GEDMA/UFMA E ISABELA CURADO - FGV).



Imagem 9: Registro do Seminário

6.7.5 Jovens extrativistas costeiros e marinhos

Coordenação: Ivanildo E Olivar (AA ICMBIO) usando técnicas do teatro do oprimido.

Tabela: 14 Resultados oficina **Jovens extrativistas costeiros e marinhos**

Informações do Diagnóstico Prévio disponibilizadas para as oficinas temáticas	Oportunidades e Potencialidades	Desafios
<p>Fragilidade da organização social.</p> <p>Fortalecimento das lutas através da participação organizada das mulheres e jovens.</p>	<p>Fortalecer a juventude.</p> <p>Ganhar experiência com os mais experientes para podermos trabalhar com a juventude.</p> <p>Propiciar oportunidades no nosso próprio território para darmos continuidade a luta.</p>	<p>Estimular uma maior participação da juventude em todos os espaços da CONFREM. Suscitou-se um tópico em forma de pergunta: “Como querem que tomemos a frente dos processos se não temos experiência?”</p> <p>Nas Resex existe uma grande evasão da juventude.</p> <p>As instituições responsáveis pelas Resex (ICMBio) não chegam junto com ações para o</p>

	<p>Fortalecer as experiências interessantes de trabalho com a juventude (crianças) nas Resex.</p> <p>Resex São João da Ponta: turismo expresso através do Circo, Carnaval do mangue, banda de fanfarra;</p> <p>Programa jovens protagonistas: aprópria juventude pauta as temáticas dos encontros;</p> <p>Fortalecer a mobilização dos mais novos e consequentemente estimular a mobilização dos mais velhos.</p> <p>Trabalhar também com as crianças e com a juventude a partir de espaços em que esta já esteja mobilizada como igrejas e escolas.</p> <p>Mobilização da juventude em seus espaços habituais e a com práticas que já existem no território (ex. futebol e ida a praia) para iniciar a aproximação e discussões de outras pautas / temas.</p> <p>Os intercâmbios possibilitam grandes avanços e conquistas;</p> <p>Importância do trabalho com a Música / Musicalidade, narração de histórias, teatro e canto;</p> <p>Incentivar os jovens a participação em espaços diversos;</p> <p>Trabalho com a criação de células para a discussão sobre políticas públicas municipais.</p> <p>Importância do trabalho com a Música / Musicalidade, contação de histórias, teatro e canto.</p> <p>Incentivar os jovens a participação em espaços diversos.</p> <p>Trabalho com a criação de células para a discussão sobre políticas públicas municipais.</p> <p>Trazer projetos para estimular a participação das juventudes no âmbito da CONFREM.</p>	<p>envolvimento e fortalecimento da juventude, fato que faz com que a evasão da juventude nas Resex aumente e consequentemente a perda da tradicionalidade.</p> <p>Valorizar e dar atenção para a juventude extrativista. Não adianta continuarmos como estamos, é necessário um resgate e uma reinvenção para podermos continuar na resistência.</p> <p>É necessário estimular e promover a articulação entre a juventude extrativista. Incentivando espaços para o protagonismo e formação da juventude extrativista da CONFREM.</p> <p>Ausência da juventude nos espaços das Resex.</p> <p>Desafio de estimular a participação da juventude das comunidades mais isoladas nas Resex.</p> <p>Trazer os jovens para construir junto: “aprender fazendo”.</p> <p>Promover uma maior dinamicidade nas ações voltadas à juventude.</p> <p>Buscar desde o início de qualquer trabalho com a juventude, saber conjuntamente aos jovens quais são suas vontades e demandas (ex. cinema/audiovisual através de mídias móveis - smartphone).</p> <p>Fundamental a aproximação com a juventude para entendê-la o melhor e a partir de aí, construir conjuntamente ações com quem está a fim de construir.</p> <p>Dificuldade em se trabalhar com a juventude “mais velha”, pois se tem uma maior resistência, já a juventude “mais nova” (criança) é mais aberta.</p> <p>Desenvolver trabalhos e processos de “formiguinha”.</p> <p>Traçar bem as estratégias para atuar conjuntamente com a juventude;</p> <p>Dificuldade de mobilizar a juventude para desenvolver ações/trabalhos.</p> <p>Os jovens estão nas comunidades mas não sabem o que é e nem como funciona uma Resex e suas instâncias (ex. conselhos deliberativos).</p> <p>Não existe a confiança dos mais experientes para com a juventude.</p> <p>Se não existir essa confiança não tem como existir a valorização da juventude.</p> <p>Importante levar em consideração que a juventude tem as suas próprias pautas.</p>
--	--	---

	<p>Enfatizar a importância dos espaços de/para a juventude.</p> <p>Valorizar as ações / espaços projetos desenvolvidas pela juventude.</p> <p>Trazer / Realizar projetos / ações de mobilização e formação para a juventude.</p>	<p>Estimular os intercâmbios entre a juventude.</p> <p>Levantar e identificar parcerias para desenvolver ações de formação política;</p> <p>Maior apoio da coordenação da CONFREM para a juventude.</p>
--	--	---

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros (Síntese a partir do material obtido através da relatoria de Samuel Oliveira, bolsista GEFMAR- CNPT/ICMBio).

Proposições finais da oficina:

- Fortalecimento através de intercâmbio para a juventude extrativista.
- Criar uma agenda comum entre a juventude extrativista da CONFREM para desenvolver ações e experiências como essa do teatro do oprimido, com o objetivo de fortalecer a juventude.
- Realizar Seminários para a e com a juventude.
- Criar uma rede de comunicação entre a juventude.
- Acessar políticas públicas para Extrativista (ex. INCRA).
- Criar espaços para o diálogo com jovens e crianças.
- Desenvolver trabalhos de formação com a juventude, mas sem chagar com cartilha pronta.
- Desenvolver trabalhos no âmbito das manifestações da cultura popular (poesia, boi, teatro etc.).
- Estimular e possibilitar a participação da juventude em eventos.
- Necessidade de promover capacitações para a juventude extrativista da CONFREM.
- Muito importante o trabalho com as crianças.
- Fomentar espaços que estimulem a expressão da juventude.
- Ressaltou a importância do intercâmbio para conhecer experiências desenvolvidas pela/para/com e entre as juventudes de diversos segmentos (indígenas, quilombolas e etc).
- Propostas para dar continuidade às atividades / ações pensadas e planejadas a partir do encontro da juventude no seminário da CONFREM:
 1. Cada estado se unir e eleger um jovem para estar mobilizando, movimentando e repassando as experiências adquiridas em atividades e encontros;
 2. Criar grupo de whatsapp para mobilização e troca de experiências, objetivando o fortalecimento da juventude;
 3. Criar espaços formativos para qualificar a atuação da juventude;
 4. Desenvolver trabalho com a juventude local desde crianças até idades mais avançadas;
 5. Promover ações de formação é fundamental;
 6. Estimular a troca de experiências através dos intercâmbios;
 7. Trazer a juventude para dentro de todos os espaços de discussão / formação e deliberação da CONFREM e das Resex e etc;
 8. Estimular / permitir / possibilitar a participação da juventude nos conselhos deliberativos da UC's desde criança para já ir fortalecendo a formação desde a infância.



Imagem 10: Registro do Seminário

6.8 Palestra: Ações e compromissos da RARE que incidem sobre o extrativismo costeiro e marinho

Luís Lima (RARE BRASIL)

Apresentou a RARE, uma ONG originada nos EUA, que está presente em mais de 50 países. Está no Brasil desde 2014, e tem trabalhado com unidades de conservação de uso sustentável. Programa “Pesca para Sempre” usa técnicas de marketing social para promover a sustentabilidade da pesca. Essas ferramentas promovem mudanças que não são feitas pela ONG, mas pelas comunidades. A ONG está mudando coisas no programa, que perpassa pela cadeia de produção do pescado. Então um compromisso que a RARE tem é de auxiliar o governo, ICMBio, para que as Resexs sejam efetivamente aquilo que essas unidades permitem. Entende que apesar das divergências é necessário se unir para alcançar objetivos comuns, buscar promover sustentabilidade nas pescarias que ocorrem dentro das unidades de conservação. Olhar para o futuro como janela de crescimento e amadurecimento para os nossos propósitos.

Se espera que o projeto tenha produzido uma estrutura de conhecimento para que possa gerar mudanças. Pretendem que os projetos ocorram durante 5 anos para que se alcance objetivos mais concretos. A ONG também está em processo de adaptação à realidade do Brasil. Pretendem criar mecanismos de voltar às comunidades para dar continuidade a determinadas ações. E se colocaram abertos pra discussão.

6.9 Grupos de trabalho

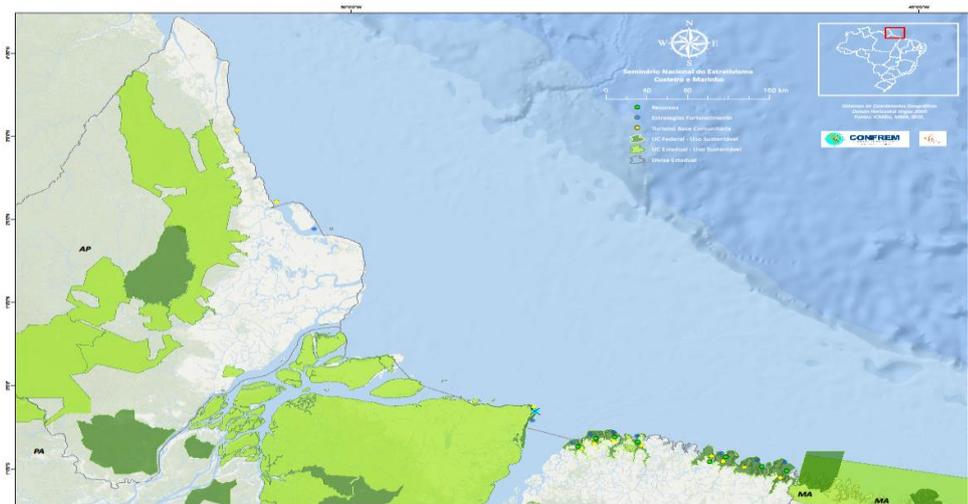
O agrupamento por estado foi decidido durante a apresentação/discussão dos eixos temáticos e da necessidade de considerar realidades e articulações que possibilitariam

melhor articulação para implementação das ações, ficando definido: Região 1, estados do Amapá e Pará. Região 2, estados do Maranhão e Piauí. Região 3, estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Região 4, estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

6.9.1 Regiões Amapá e Pará

12 RESEXs, 01 PAE, 03 TERRITÓRIOS DE RESEX EM CRIAÇÃO

Mapa: Regiões Amapá e Pará



Fonte: Habitat Geo (Mapa produzido exclusivamente para o evento).

Tabela 14: Resultados do Grupo de Trabalho Região Amapá e Pará

<p>1: fortalecimento das cadeias produtivas de recursos extrativistas pesqueiros Principais produtos/espécies</p>	<p>2: produção – acesso a mercados diferenciados e valorização de produtos sustentáveis; Proposições</p>
<p>Amapá: Grude da Gurijuba (subproduto), Pirarucu e Caranguejo. Pará: Caranguejo, Gó, Pescada amarela, Camarão, Grude de peixes (subproduto), Mexilhão, Tainha, Bagre, Pratiqueira, Piramutaba, Siri, Camurim, Tamuatá, Dourada, Turu, Ostra, Serra e Mel de abelha.</p>	<p>Certificação do pescado. Casas de beneficiamento. Qualidade da água. Aproveitamento dos resíduos dos pescados. Qualificação sanitária para o transporte do pescado até o local do beneficiamento. Melhoria no escoamento. Capital de giro. Acesso aos mercados institucionais (PAA e PNAE).</p>
<p>PROPOSTAS</p>	<p>OBSERVAÇÕES</p>
<p>Pesca esportiva. Trilhas e corredeiras. Passeios de barco. Torneio de pesca. Festival de pesca. Regata.</p>	<p>Como fazer: valorização ou resgate da cultura, ex. “Mestre Lucindo” e qualificação dos comunitários através de oficinas.</p>

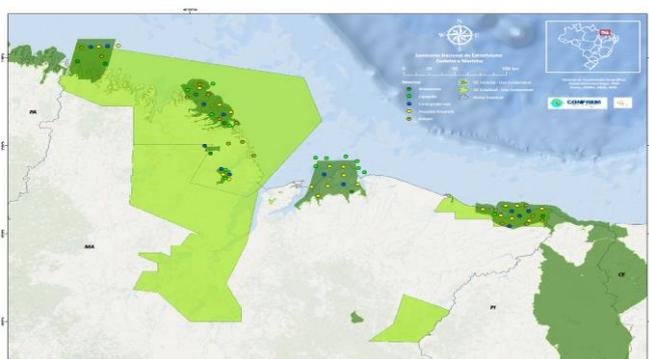
Fonte: Katia Regina Aroucha Barros

Organização da confrem brasil a nível local, municipal, estadual e regional

- ✓ Fortalecimento das AUREMs.
- ✓ Planejamento das AUREMs dentro de governança estadual.
- ✓ Organização da base (AUREMs).
- ✓ Divulgação das informações das ações do CONFREM dentro do estado.

6.9.2 Região Maranhão e Piauí

Mapa: Região Maranhão e Piauí



Fonte: Daniel D'el Rei (Mapa produzido exclusivamente para o evento).

<p align="center">FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE RECURSOS EXTRATIVISTAS PESQUEIROS</p> <p align="center">PRINCIPAIS PRODUTOS/ESPÉCIES</p>	<p align="center">PRODUÇÃO – ACESSO A MERCADOS DIFERENCIADOS E VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS;</p> <p align="center">PROPOSIÇÕES</p>
<p>GT destacou que há uma diversidade muito grande de recursos extrativistas e o grupo não colocou tudo que tem nas RESEXs, nos territórios, mas priorizou baseado nos critérios apresentados pelo diagnóstico.</p> <p>Pescada amarela; caranguejo uçá; robalo; artesanato em geral; camarão e agricultura familiar.</p>	<p>Selo extrativista, revenda do produto de forma coletiva, selo/certificado institucional (ICMBio). Capacitação e intercâmbio para artesanato, aprimoramento dos portos. Fortalecimento da base comunitária. Desburocratização para obter SIM/SIE/SIF. Fábrica de gelo. Estruturas de beneficiamento do pescado. Beneficiamento e aproveitamento do pescado ao máximo. Filetagem (capacitação). Assessoramento técnico para a agricultura familiar. Estrutura para escoar a produção (estrada, caminhão). Restaurante/ponto de apoio. Organização social.</p>
<p align="center">PROPOSTAS</p>	<p align="center">OBSERVAÇÕES</p>
<p>Estrutura e capacitação para: TBC coletivo; turismo de observação, turismo esportivo; turismo religioso; turismo acadêmico; passeios nos igarapés; trilhas, passeios embarcados; festividades locais; respeito aos costumes locais; valorizar os produtos locais; e formação através do intercâmbio.</p> <p>Além da criação uma rede de TBC.</p>	<p>A prestação de serviço TBC é feito pela comunidade, forte correlação relação entre TBC e Manguezais conservados; O TBC é visto como uma atividade que ve ser realizado pelas comunidades locais e o público do TBC é diferenciado.</p>
<p align="center">FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE RECURSOS EXTRATIVISTAS PESQUEIROS</p> <p align="center">PRINCIPAIS PRODUTOS/ESPÉCIES</p>	<p align="center">PRODUÇÃO – ACESSO A MERCADOS DIFERENCIADOS E VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS;</p> <p align="center">PROPOSIÇÕES</p>
<p>GT destacou que há uma diversidade muito grande de recursos extrativistas e o grupo não colocou tudo que tem nas RESEXs, nos territórios, mas priorizou baseado nos critérios apresentados pelo diagnóstico.</p> <p>Pescada amarela; caranguejo uçá; robalo; artesanato em geral; camarão e agricultura familiar.</p>	<p>Selo extrativista, revenda do produto de forma coletiva, selo/certificado institucional (ICMBio). Capacitação e intercâmbio para artesanato, aprimoramento dos portos. Fortalecimento da base comunitária. Desburocratização para obter SIM/SIE/SIF. Fábrica de gelo. Estruturas de beneficiamento do pescado. Beneficiamento e aproveitamento do pescado ao máximo. Filetagem (capacitação). Assessoramento técnico para a agricultura familiar. Estrutura para escoar a produção (estrada, caminhão). Restaurante/ponto de apoio. Organização social.</p>
<p align="center">PROPOSTAS</p>	<p align="center">OBSERVAÇÕES</p>
<p>Estrutura e capacitação para: TBC coletivo; turismo de observação, turismo esportivo; turismo religioso; turismo acadêmico; passeios nos igarapés; trilhas, passeios embarcados; festividades locais; respeito aos costumes locais; valorizar os produtos locais; e formação através do intercâmbio.</p> <p>Além da criação uma rede de TBC.</p>	<p>A prestação de serviço TBC é feito pela comunidade, forte correlação relação entre TBC e Manguezais conservados; O TBC é visto como uma atividade que ve ser realizado pelas comunidades locais e o público do TBC é diferenciado.</p>

Organização da CONFREM brasil a nível local, municipal, estadual e regional:

- ✓ Fortalecer a comunicação;

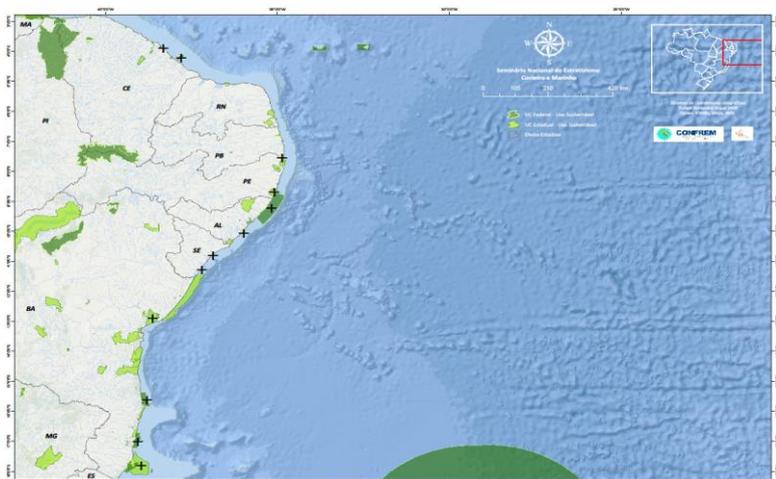
- ✓ Fortalecimento o trabalho local;
- ✓ Criar/fortalecer as coordenações regionais;
- ✓ Cuidado ao escolher o perfil dos coordenadores;
- ✓ Trabalhar com quem se identifica;
- ✓ Organização enquanto movimento social.
- ✓ Criar um grupo de trabalho local e regional;
- ✓ Ter uma coordenação a nível dos estados;
- ✓ Perfil da coordenação: respeitar a base / coletividade;
- ✓ Criar e implementar a agenda da CONFREM;
- ✓ Realizar 2 encontros regionais;
- ✓ Apresentar e divulgar a CONFREM;
- ✓ Melhorar a participação interna na CONFREM;
- ✓ Estabelecer um planejamento e agenda de ações locais e regionais.

Tabela 15: Resultados do Grupo de trabalho Região Maranhão e Piauí

Fonte: Katia Regina Aroucha Barros

6.9.3 Região Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe

Mapa: Região BAHIA, CEARÁ, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA e SERGIPE



Fonte: Habitat Geo (Mapa produzido exclusivamente para o evento).

Tabela 16: Resultados do Grupo de Trabalho Região BAHIA, CEARÁ, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA e SERGIPE

<p>FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE RECURSOS EXTRATIVISTAS PESQUEIROS</p>	<p>PRODUÇÃO – ACESSO A MERCADOS DIFERENCIADOS E</p>
--	--

PRINCIPAIS PRODUTOS/ESPÉCIES	VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS; PROPOSIÇÕES
<p>O grupo explicou que os recursos naturais mais potenciais foram classificados por grupos: Peixes; Crustáceos; Mariscos; Vegetais/frutos e outros e Artesanatos.</p> <p>Peixes: Tainha, Carapeba, Robalo, Serra/Sororoca, Ariocó, Mirim, Cavala, Sardinha, Garaçuma e Guarajuba.</p> <p>Crustáceos: Caranguejos, Aratu, Guaiamum, Siri, Lagosta e Camarão.</p> <p>Mariscos: Marisquinhos = Mussunim = Berbigão = Vangole = Tarioba, Ostra, Sururu e Chumbinho: Bebe fumo.</p> <p>Vegetais/Frutos e Outros: Mandioca, dendê, aroeira, mangaba, óleo de coco, coco seco, mel, manga e caju.</p> <p>Artesanato: Produzidos com sementes, produzido com “fuxico” e produzido com “quenga de coco”.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento de capacidade produtiva; 2. Análise de mercado; 3. Infraestrutura de produção com selo (SIE e SIF); 4. Selo de origem das Resexs; 5. Logística de transporte/escoamento da produção; 6. Estratégia de comércio justo e solidário nas e entre as Resex (troca de produtos); 7. Estudo de viabilidade econômica; 8. Solicitar a inclusão dos produtos costeiros e marinhos como produtos da sóciobiodiversidade e garantir a política de preços mínimos; 9. Inclusão dos produtos nos programas institucionais de compra (PAA, PNAE); 10. Capacitações em: Comércio Justo; Associativismo; Boas práticas de produção e beneficiamento ;
PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as potencialidades locais (roteiros, cultura, gastronomia, etc). 2. Capacitações diversas (atendimento ao público, estruturação de roteiros, finanças, economia solidária, etc). 3. “É a realidade das comunidades que deve atrair os turistas” (o modo de vida e cultura local). 4. “Estruturar as potencialidades locais” (casas/hospedagem, restaurantes, barcos, transportes, etc). 5. Estruturar a plataforma de divulgação do TBC das UCs/comunidades. 6. Priorizar nas UCs o Turismo de Base Comunitária. 7. Buscar apoio para acessar linhas de crédito para estruturar o TBC. 8. Troca de experiências através de intercâmbios entre as UCs que fazem TBC. 9. Criar rede de TBC em UCs costeiras e marinhas. 	<p>TBC é autonomia e gestão do negócio pela comunidade.</p> <p>A renda é coletiva, tem que ser distribuída pela comunidade, Deve ser justa!</p>

Organização da CONFREM Brasil a nível local, municipal, estadual e regional

FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE RECURSOS EXTRATIVISTAS PESQUEIROS <u>PRINCIPAIS PRODUTOS/ESPÉCIES</u>	PRODUÇÃO – ACESSO A MERCADOS DIFERENCIADOS E VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS; <u>PROPOSIÇÕES</u>
Foram definidos grupos de recursos: 1. Moluscos; 2. Crustáceos ; 3. Peixes ; 4. Agricultura familiar; 5. E extrativismo vegetal.	Plano de viabilização econômico e ambiental. Culinária tradicional. Festival de gastronomia. Acesso a políticas públicas de mercados institucionais (PAA e PNAE). Plano de recuperação do estoque. Cooperativismo/governança. Melhoria de infraestrutura.
PROPOSTAS	OBSERVAÇÕES
Identificação do potencial local. Capacitação/informação das pessoas. Melhorias na infraestrutura. Realizar encontros específicos de TBC (casos exitosos). Importância para valorização da identidade, protagonismo das comunidades e defesa do território. Construir plano de viabilidade econômica.	

- Revisão/atualização do organograma de ações da CONFREM.
- Projeto de estruturação da CONFREM regional e nacional.
- Identificar/mapear ações organizadas por mulheres e fortalece-las.
- Organização e mediação de conflitos. Encontro anual por região.
- Fundo de royalties para a pesca por projeto de lei municipal.
- Apresentação das lideranças nos conselhos gestores das UCs.
- Criar comitê jovem por região.
- Rede de comunicação da CONFREM.
- Carta formal da CONFREM para lideranças locais.

Após a apresentação em Plenárias dos Grupos de Trabalho que foram embasados pelo que foram produzidos nas Oficinas Temáticas e informações do diagnóstico prévio, tivemos momento de esclarecimentos dos grupos, considerações sobre as proposições, foram discutidas encaminhamentos a serem efetuados pela coordenação nacional da CONFREM Brasil. Como perspectiva inicial, foi

proposto a realização de uma atividade de Planejamento Estratégico da Coordenação Nacional da CONFREM Brasil com os resultados do Seminário e buscar firmar parcerias diversas, apoio técnico, apoio para realização de pesquisas estratégicas, busca de financiamentos para estruturação da CONFREM, de forma há melhor incidir sobre as Políticas Públicas.

Buscar parceria para realização de um livro de fotografias, textos sobre o extrativismo costeiro e marinho, seus territórios e os extrativistas, buscando dar visibilidade. Após o planejamento elaborar portfólio para negociação de apoios a nível local, estadual, regional e nacional. Busca de apoio em caráter urgente para realização de: formação de lideranças, articulação dos jovens e das mulheres e realização de intercâmbios temáticos. Coordenação de Encontro de Pescadores Artesanais da América Latina e África visando a implementação da ODS 14 e o fortalecimento das lutas.



Imagem 11: Encerramento do Seminário

REFERÊNCIAS

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. MMA – Ministério do Meio Ambiente e NUPAUB/USP – Núcleo de V Encontro Internacional de Economia Solidária “O Discurso e a Prática da Economia Solidária” Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. Brasília/DF, 2001;

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol 6. ANPUR, 2004.

AMATUZZI, Mauro Martins. **Fé e Ideologia na Compreensão Psicológica da Pessoa**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16, 3, 569-575, 2003.

_____. O uso da versão de sentido na formação e pesquisa em psicologia. In: CARVALHO, R. M. L. L (Org.). **Repensando a formação do psicólogo: da informação à descoberta**. Campinas: Editora Alínea, 1996.

BARROS, Katia E FILHO, Waldemar, **Reservas Extrativistas – Uma Experiência de Desenvolvimento Sustentado**. CNPT/IBAMA – 2004 – 2005(Cartilha).

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: UFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2010.

MOURÃO, PINHEIRO & LUCENA, 2007; **Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no Município de Vigia – PA**.

MYNAIO, M.C de S (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. P 21- 47.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados da Pescaria em Brasil**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010.

BURDA & SCHIAVETTI, 2008; **Análise ecológica da pesca artesanal em quatro comunidades pesqueiras da Costa de Itacaré, Bahia, Brasil: Subsídios para a Gestão Territorial**.

CONFREM BRASIL, **CARTA DE BELÉM**, 2014;

BARROS, Katia e PINTO, Carlos Alberto, **A Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Costeiros e Marinho (Confrem) Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano da Agricultura Familiar**. MDA, 2015;

BARROS, KATIA, **A inserção dos saberes tradicionais no processo de Planejamento – PAN Manguezal**, Setembro, Revista UNICV, 2015.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

ICMBio E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, **Apoio ao processo de identificação das Famílias Beneficiárias e Diagnóstico Sócioprodutivos em Unidades de Conservação Federais (2012 - 2018)**.

ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS E AMIGOS DA PRAIA DA PITÓRIA(ORG), **Cultura da Pesca Artesanal, a Arte da Sobrevivência**, 2017.

ICMBio, **Sumário Executivo do PAN Manguezal**, docs Plano de Ação, PAN Manguezal, Brasília, 2016.

RANIERI, Leandro Penna; BARREIRA, Cristiano Roque Antunes. A entrevista fenomenológica. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS**, 4., 2010, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: Unesp, 2010. p. 1-8.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A
TABELAS

	Nome da Unidade de Conservação (Federal)	UF	Área da UC (ha)	Plano de Manejo	Acordo de Gestão/Plano de Uso/Regras de Uso	Nº Famílias (real e estimado)	Associações "Mãe" e outras organizações	Nº de CCDRU	Portaria – Conselho	atuação CONFRE M Brasil	Nº de servidores ICMBio	Produção
1	Resex Marinha Acaú-Goiana	PB/P E	6.676,79	não tem	Portaria nº 851, de 22/12/2017	1436	Várias Associações	0	Portaria nº 113, de 24 de outubro de 2012	apenas algumas lideranças	4	pescado (peixe, crustáceo, molusco), mel
2	Resex Marinha do Batoque	CE	601,45	não tem	não tem	262	ACMB e outras Associações	0	Portaria nº 66, de 24 de maio de 2012.	apenas algumas lideranças	4	pescado (peixe, crustáceo, molusco), mel
3	Resex Marinha de Canavieiras	BA	100.688,41	não tem	Portaria Acordo de Gestão nº 1.124, 7/12/2018	1866	AMEX e outras Associações	2	Portaria no-71, de 3 de setembro de 2009	sim	3	pescado (peixe, crustáceo, molusco), piaçava, artesanato

4	Resex Marinha de Cassurubá	BA	100.578,38	não tem	em elaboração	1666	AMAR e outras Associações	1	Portaria no-54, de 9 de maio de 2012	sim	4	pescado (peixe, crustáceo, molusco), piaçava, artesanato
5	Resex Marinha Chocoaré-Mato Grosso	PA	2.783,20	não tem	Portaria nº626/2018, de 9 de julho	672	AUREMCMG e outras Associações	1	Portaria no-16, de 24 de setembro de 2007	sim	1	caranguejo, pescado, artesanato, mel
6	Resex Marinha de Cururupu	MA	186.056,73	nº 227, de 04/08/2017	Portaria 122 de 06/11/2014	1483	AMREMC e outras Associações	1	Portaria no-35, de 20 de maio de 2011	sim	2	pescado
7	Resex Marinha Mãe Grande Curuçá	PA	36.678,78	não tem	em elaboração	2706	AUREMAG e outras Associações	1	Portaria no-24, de 9 de março de 2006	sim	0	caranguejo, pescado, artesanato, mel
8	Resex Marinha do Mandira	SP	1.177,81	nº 13, de 23/02/2011	Portaria nº 13, de 25/02/2011	22	REMA e outras Associações	1	Portaria Nº 85, De 6 De Novembro De 2006	apenas algumas lideranças	2	ostra, pescado
9	Resex Marinha Maracanã	PA	30.179,65	não tem	Regras de Uso Portaria nº 766 de 23 de agosto de 2018.	1506	AUREMAR e outras Associações	1	Portaria No-59, de 29 de julho de 2009	sim	3	caranguejo, pescado, artesanato, mel
10	Resex Marinha de Araf-Peroba	PA	62.578,12	não tem	em elaboração	1226	AUREMAP e outras Associações	1	Portaria nº 42, de 12 de junho de 2007	sim	2	caranguejo, pescado, artesanato, mel
11	Resex Marinha do Arraial do Cabo	RJ	51.677,39	não tem	PORTARIA ACORDO DE GESTÃO Nº 28, DE 18 DE JANEIRO DE 2019	1055	AREMAC e outras Associações	1	Portaria no-77, de 27 de agosto de 2010	sim	5	ostra, pescado, TBC
12	Resex Marinha Arapiranga-Tromaf	MA	186.908,00	não tem	não tem	5000	Não tem Associação Mãe/COOPEC, Colônia Carutapera e Luís Domingues e outras organizações	0	Sem Conselho	Sim	0	
13	Resex Marinha da Baía do Iguape	BA	10.082,59	não tem	em elaboração	4676	AMERI e outras organizações	0	Portaria nº 83, de 15 de outubro de 2009	sim	3	pescado (peixe, crustáceo, molusco), piaçava, artesanato
14	Resex Marinha Baía do Tubarão	MA	223.917,00	não tem	não tem	7000	Não tem Associação Mãe/SPPIcatu Colônia Humberto de Campos e outras organizações	0	Sem Conselho	sim	0	
15	Resex Marinha de Caeté-Taperapu	PA	42.489,81	nº 265, de 12/12/2013	em elaboração	4409	ASSUREMACATA e outras associações	1	Portaria no-17, de 24 de setembro de 2007	sim	2	caranguejo, pescado, artesanato, mel
16	Resex Marinha do Corumbau	BA	89.996,76	não tem	em elaboração	719	FARENCO e outras associações	2	Portaria no-57, de 27 de julho de 2006	sim	2	pescado (peixe, crustáceo, molusco),

												piaçava, artesanato
17	Resex Marinha Cuinarana	PA	11.036,41	não tem	não tem	409	AUREMAC e outras associações	0	Sem conselho	sim	1	caranguejo, pescado, artesanato, mel
18	Resex Marinha do Delta do Parnaíba	MA	27.022,07	não tem	Plano - regra de uso caranguejo uça Portaria n°725, 6/11/2017. Regra de uso pesca Portaria n° 49 18/05/2016	2186	AMARDELTA e outras organizações	1	Portaria n° 36, de 21 de maio de 2008	sim	4	caranguejo, pescado
19	Resex Marinha de Gurupi-Piriá	PA	72.789,93	não tem	Portaria Acordo de Gestão n°3 de 2/02/2019	3475	ASSUREMAVI e outras organizações	1	Portaria no-3, de 10- de fevereiro de 2008	sim	2	caranguejo, pescado, artesanato, mel
20	Resex Marinha Itapetininga	MA	16.294,00	não tem	não tem	1100	Não tem Associação Mãe/STR e Colônia Bequimão e outras organizações	0	Sem Conselho	sim	0	
21	Resex Marinha da Lagoa do Jequiá	AL	10.196,69	não tem	Portaria Acordo de Gestão n° 870, de 11 de outubro de 2018	1718	Não tem Associação Mãe/Colônias e Associações de Moradores	0	Portaria n° 73, de 2 de setembro de 2011	algumas lideranças	3	pescado (peixe, crustáceo, molusco), mel
22	Resex Marinha Mestre Lucindo	PA	26.464,88	não tem	não tem	1500	AULEMLUC e outras associações	0	Sem conselho	sim	1	caranguejo, pescado, artesanato, mel
23	Resex Marinha Mocapajuba	PA	21.027,80	não tem	não tem	2800	AUREMOC e outras associações	0	Sem conselho	sim	1	caranguejo, pescado, artesanato, mel
24	Resex Marinha do Pirajubaé	SC	1.712,10	não tem	Portaria n° 78/96	88	ACB e outras associações	1	Portaria n° 113, de 26 de dezembro de 2011	sim	10	berbigão
25	Resex Marinha de Soure	PA	29.578,80	n° 712, de 13/08/2018	em elaboração	1297	ASSUREMAS e outras organizações	1	Portaria n°76 /03-n, de 26 de novembro de 2003	sim	3	caranguejo, pescado, artesanato, mel
26	Resex Marinha de Tracueteua	PA	27.864,50	não tem	Portaria n°1047 de 4 dez de 2018	2015	AUREMAT e outras organizações	1	Portaria n°21 de 20 de novembro de 2007	sim	0	caranguejo, pescado, artesanato, mel
27	Resex Marinha Prainha do Canto Verde	CE	29.805,48	não tem	em elaboração	309	AMPCV e outras organizações	0	Portaria n° 125, de 14 de dezembro de 2010	sim	4	pescado (peixe, crustáceo, molusco), mel
28	Resex Marinha de São João da Ponta	PA	3.409,49	não tem	Portaria N° 945, de 19 de novembro de 2018	388	MOCAJUIM e outras associações	1	PORTARIA No- 11, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2007	sim	1	manejo caranguejo

FONTE: Katia Regina Aroucha Barros, baseado em informações do ICMBio, CONFREM Brasil

Nº	Nome da Unidade de Conservação (Federal)	UF	Área da UC (ha)	Plano de Manejo	Nº pescadores/as (estimativa)	Conselho Consultivo	atuação CONFREM Brasil
1	APA GUARAQUEÇABA	PR 31/01/1985	282.446,36	sim	-	sim	sim/iniciando
2	APA BALEIA FRANCA	SC 14/09/2000	154.867,40	sim	6.085,00	sim	sim
3	APA CANANÉIA IGUAPE PERUÍBE	SP 06/11/1985	202.309,58	sim	-	sim	sim
4	APA GUAPIMIRIM	RJ 25/09/1984	13.890,54	sim	-	sim	sim
5	APA CAIRUÇU	RJ 27/12/1983	32.610,78	sim	-	sim	apenas algumas lideranças
6	APA COSTA DOS CORAIS	AL/PE 23/10/1997	406.085,93	sim	-	sim	sim/iniciando
7	APA DELTA DO PARNAÍBA	MA/PI/CE 28/08/1996	309.593,77	sim	-	sim	sim

FONTE: Elaborado por Katia Regina Aroucha Barros, com base nos dados ICMBio e CONFREM Brasil

Nº	Nome da Unidade de Conservação (Estadual)	UF	Área da UC (ha)	Plano de Manejo	Nº pescadores/as (estimativa)	Conselho Consultivo	atuação CONFREM Brasil
1	REVIS Ilha dos Lobos (entorno)	RS	139,42	sim		sim	sim
1	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu	RJ 30/09/2013	3.943,28	Não	-	Sim	Sim

FONTE: Elaborado por Katia Regina Aroucha Barros, com base nos dados INEA /RJ

Reservas Extrativistas em processo de criação

Resex da Costa do Amapá - Amapá;
 Resex Porto Rico, Resex Tauá Mirim - Maranhão;
 Resex Viriandeua, Resex Filhos do Manguê - Pará;
 Resex Litoral Sul de Sergipe - Sergipe;
 Resex Sirinhaém, Resex Rio Formoso - Pernambuco;
 Resex Imbituba/Garopaba, Resex Farol de Santa Marta - Santa Catarina;
 Resex Paraná – Paraná.

Territórios organizados /organizações que participam da CONFREM

Lagoa de Araruama - Rio de Janeiro

Fórum Nacional Caiçara – São Paulo

Movimento das Catadoras de Mangaba - Sergipe

Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná

FONTE: Elaborado por Katia Regina Aroucha Barros, com base nos dados CONFREM Brasil

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DOS COLABORADORES

Pesquisadora: Katia Regina Aroucha Barros

Instituição corresponsável : CONFREM

Data: __/__/__

DADOS GERAIS – Formulário para procedimento de pesquisa

Código Identificador ou nome:

1) Sexo: () Masculino ()Feminino ()

- 2) Idade:
- 3) Região e estado:
- 4) Território tradicional a qual pertence (unidades de conservação)?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

1. Identificação a nível de estado, quais os cinco principais produtos da pesca artesanal considerando a segurança alimentar dos extrativistas e das comunidades locais, o preço de mercado, condições de comercialização e renda advinda do produto.

2. Após a escolha dos produtos da pesca artesanal pensar sobre as questões colocadas abaixo:

- a. Quais os gargalos, como superar?
- b. Quais as potencialidades, como desenvolver?
- c. Para organização das cadeias produtivas dos principais produtos, quais as conexões possíveis localmente, com municípios vizinhos, estado e nacionalmente?

3. Destacar se o monitoramento das atividades do extrativismo costeiro e marinho é um gargalo ou é fundamental para organização das cadeias produtivas, gestão da pesca e dos territórios.

4. Qual o olhar sobre as organizações comunitárias?

a. Elas conseguem ser a grande facilitadora no processo de fortalecimento do extrativismo costeiro e marinho?

b. Qual a inserção nas comunidades que representa?

c. Quais as dificuldades?

d. Qual grande potencial?

5. Sobre o Território:.

a. Quais os principais conflitos

b. Qual a incidência de políticas públicas?

c. Como é a gestão compartilhada pelos vários atores co-responsáveis pelo extrativismo costeiro e marinho em todos os níveis.

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o Senhor ou a Senhora para participar do diagnóstico prévio sobre o extrativismo costeiro e marinho.

Pesquisa proposta pela consultora Katia Regina Aroucha Barros em parceria com a CONFREM. Todas as demais informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.

1. **Quanto à natureza da pesquisa**, o objetivo realizar um diagnóstico sobre o extrativismo costeiro marinho brasileiro para embasar os eixos temáticos do Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho.

2. Os **participantes da pesquisa** são lideranças dos territórios tradicionais de pesca artesanal.

3. Sua participação é **voluntária** e se dará por meio das respostas à **entrevista** semi-estruturada, que consiste em respostas a perguntas apresentadas ao Senhor (a) pela pesquisadora. A entrevista serão realizadas durante as rodas de conversa desde que estejam de acordo todos os participantes.

4. Visando evitar ou amenizar **riscos e/ou desconfortos** pessoais decorrentes da sua participação, serão utilizadas medidas de prevenção, tais como adoção de nomes fictícios ou código identificadores caso seja solicitado pelos entrevistados, desta forma assegurando sua privacidade e ao mesmo tempo possibilitando que ainda assim o mesmo se reconheça no estudo.

5. Se o (a) Senhor (a) aceitar participar, estará ciente não terá nenhum benefício direto imediato, entretanto estará contribuindo com estudos sobre a área e ciente de que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa servir para trazer **benefícios** em longo prazo. Ressaltamos que tem o direito de ser mantido (a) atualizado (a) sobre os resultados da pesquisa.

6. Quanto ao **envolvimento na pesquisa**, o (a) Sr (a) possui a liberdade de retirar sua permissão de participação a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através dos telefones das pesquisadoras do projeto. Esclarecemos que, ao concluir a pesquisa, será comunicado dos resultados finais.

Consentimento Pós-Infomação

Declaro que fui informado (a) sobre o estudo e os objetivos do mesmo, de maneira clara, detalhada e esclareci minhas dúvidas. Estou informado que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim desejar. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Data: ___/___/___

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante

APÊNDICE E

DIÁRIO DE CAMPO

Data: ___/___/___

Situações observadas:

Observações Complementares:

Questões pessoais/dificuldades/barreiras/ empecilhos:

Questões que emergiram:

